

# PARÁ Industrial

AGOSTO 2013 • ANO 6 • EDIÇÃO 25



## UM MERCADO A CONQUISTAR

**DINAMISMO, FOCO EM RESULTADOS E O ESPÍRITO COMPETITIVO SÃO ALGUMAS DAS CARACTERÍSTICAS QUE FORMAM O PERFIL DA GERAÇÃO Y, COMPOSTA POR PRÓFISSIONAIS QUE BUSCAM RECONHECIMENTO E DESAFIOS**



# SENAI

SERVIÇO NACIONAL  
DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

O SENAI é referência mundial em formação profissional e tecnológica com mais de 3 milhões de trabalhadores matriculados por ano.

No Pará, ao longo de seis décadas, o SENAI já qualificou mais de **meio milhão de pessoas**, contribuindo de forma decisiva para a profissionalização da mão de obra e inserção de processos de inovação e transferência de tecnologia nas indústrias paraenses. Este ano, a meta é realizar **75 mil matrículas** e, em 2014, aumentar esse número para **110 mil**.

## EMPREGABILIDADE

Um estudo realizado com profissionais formados no SENAI mostra que, um ano depois de obterem o diploma, **72% dos ex-alunos dos cursos técnicos do SENAI de todo o Brasil conseguem trabalho no primeiro ano depois da formatura**.

No Pará, o nível de empregabilidade é ainda mais promissor. **84% dos alunos** que se formaram em 2010 nos cursos de habilitação técnica **conseguiram ingressar no mercado de trabalho**.

A pesquisa aponta ainda que os trabalhadores de nível técnico conseguem **aumentar sua renda em 24%**, com renda média de 2,6 salários mínimos. Além disso, **73% estão ocupados** em atividades relacionadas à área de formação.



## NÚMEROS SENAI

- **15 unidades fixas**, instaladas em **13 municípios** do Pará
- **18 unidades móveis**

## Invista em você.

Faça um curso técnico no SENAI e garanta sua vaga no mercado de trabalho.

(91) 4009 4761 ou rnoronha@senaipa.org.br



# SENAI





Bruno Carachesti



30

De rápida interação com a tecnologia, energia e espírito empreendedor, a Geração Y apresenta muitas qualidades para o mercado de trabalho.

14

Com o ICMS Verde, 2% do que é arrecadado no Pará e que é destinado aos municípios serão revertidos à remuneração de quem atende aos critérios ambientais.

18

O Brasil está entre as 30 nações com maiores cargas tributárias do planeta e lidera o ranking na América Latina e a indústria é um dos setores que mais sofre impacto.

22

Procompi promove e potencializa a competitividade das micro e pequenas empresas no contexto dos seus territórios e setores produtivos.

26

O Pará tem potencial produtivo para o setor leiteiro, entretanto, é preciso adotar algumas medidas para permitir a evolução da atividade.

36

Unidade do Sesi Indústria Saudável disponibiliza espaço para tratamento odontológico.

44

Mercado da panificação vem crescendo e empresariado tem investido na qualificação.

48

Programa ensina como garantir uma alimentação saudável, saborosa e sem comprometer o orçamento.

## SEÇÕES

⇒ **Editorial**  
Pág. 5

⇒ **Radar da Indústria**  
Pág. 6

⇒ **Direitos e Deveres**  
Pág. 41

⇒ **Vida Corporativa**  
Pág. 53

## ARTIGOS

⇒ **Fernando Brandão**  
Pág. 21



6

**NA HORA QUE VOCÊ INVESTE EM NOVOS TERMINAIS, EM MAIOR CAPACIDADE PORTUÁRIA, AUMENTA-SE A COMPETIÇÃO."**

**ENTREVISTA** com Pedro Brito, diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

## DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ/FIEPA QUADRIÊNIO 2010/2014

### PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

### VICE-PRESIDENTES

Sidney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente  
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente  
 Manoel Pereira dos Santos Júnior  
 Nilson Monteiro de Azevedo  
 Roberto Kataoka Oyama  
 Luiz Carlos da Costa Monteiro  
 Hélio de Moura Melo Filho  
 José Maria da Costa Mendonça  
 Luiz Otávio Rei Monteiro  
 Juarez de Paula Simões  
 Marcos Marcelino de Oliveira

### SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário  
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

### TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro  
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

### DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima  
 Antonio Pereira da Silva  
 Pedro Flávio Costa Azevedo  
 Rita de Cássia Arêas dos Santos  
 Cezar Paulo Remor  
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo  
 Solange Maria Alves Mota Santos  
 André Luiz Ferreira Fontes  
 Raimundo Gonçalves Barbosa  
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira  
 Darci Dalberto Uliana  
 Fernando Bruno Barbosa  
 Neudo Tavares  
 Armando José Romanguera Burle  
 Paulo Afonso Costa  
 Nelson Kataoka

### CONSELHO FISCAL

**Efetivos:**  
 Fernando de Souza Flexa Ribeiro  
 Luizinho Bartolomeu de Macedo  
 Lísio dos Santos Capela

### Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos  
 João Batista Correa Filho  
 Mário César Lombardi

### DELEGADOS

**Efetivo junto à CNI:**  
 José Conrado Azevedo Santos

### Suplentes junto à CNI:

Sydney Jorge Rosa  
 Gualter Parente Leitão  
 Manoel Pereira dos Santos Júnior

### SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

José Olímpio Bastos

### DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Gerson dos Santos Peres

### DIRETOR REGIONAL DO IEL

Gualter Parente Leitão

### CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



**AGOSTO DE 2013**  
**ANO 6 • EDIÇÃO 25**

**temple**  
 COMUNICAÇÃO

### PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1416  
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060  
[www.temple.com.br](http://www.temple.com.br)  
[temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)

### REDAÇÃO

**Coordenação:** Cleide Pinheiro  
**Edição:** Camila Gaia e Izabelle Aguiar de Araújo  
**Textos:** Adriana Ferreira, Camila Gaia, Fernando Gomes, Izabelle Aguiar de Araújo, Lorena Nobre Dourado, Paloma Miranda, Paulo Henrique Gadelha, Valéria Barros e Yuri Age.  
**Projeto gráfico:** Calazans Souza  
**Tratamento de imagem e diagramação:** Antônio Machado e Márcio Alvarenga  
**Revisão de texto:** Carol Magno  
**Revisão de conteúdo:** Ivanildo Pontes

### PUBLICIDADE

Temple Comunicação  
[temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)  
 (91) 3205-6504  
**Impressão:** Marques Editora  
**Tiragem:** 15.000 exemplares

*\* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.*



**FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL**

[www.fiepa.org.br](http://www.fiepa.org.br)

Assessoria de Comunicação da Fiepa  
 Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)  
 (91) 4009-4900 / 4009-4815  
 Comentários e sugestões de pauta: [ascom@fiepa.org.br](mailto:ascom@fiepa.org.br)

**twitter**

Siga o nosso perfil  
 @sistemaFIEPA

**facebook**

Curta  
 /sistemaFiepa



## COMO ESCREVER UM FUTURO MELHOR?

**JOSÉ CONRADO SANTOS**

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA)

A educação é chave fundamental para o desenvolvimento de uma nação. Isso todos já sabem e, com a divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios brasileiros (IDHM), se comprova o grande gargalo do setor produtivo: encontrar profissionais qualificados e capazes de formar uma indústria mais inovadora e competitiva. O mesmo IDHM, que apontou alto crescimento da longevidade do povo brasileiro no período de 20 anos, nos revela que é preciso avançar muito mais no quesito educação. Sem o conhecimento, o brasileiro não chega longe. Poderá ganhar mais uns anos de vida, no entanto, terá seu futuro sempre limitado por conta da baixa qualidade educacional.

Entre os estados brasileiros, o Pará ficou em terceiro com o pior IDHM, de 0,646. Sim, é preciso destacar o avanço ao longo desses 20 anos. Registramos no período uma evolução de 56,4%, deixando para trás um IDHM de 0,413. É notável o progresso, porém é preciso ainda avançar muito mais. Correr a passos largos. Os governos precisam focar mais na educação, agir com transparência e seriedade na utilização dos recursos públicos.

Felizmente, vejo que surgem boas iniciativas para que a qualidade da nossa educação avance. É louvável o Pacto pela Educação do Pará. Este esforço do Governo do Estado para fazer da nossa educação referência nacional na transformação da qualidade do ensino público tem que contar com a participação de todos os segmentos da nossa sociedade. A meta é audaciosa, mas a questão é urgente e merece ações revolucionárias para a elevação do ensino. Acredito que, a sociedade unida em prol desta causa, alcançará, até 2017, o aumento de 30% no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), formando não só alunos, mas cidadãos do futuro.

Além da educação básica, é preciso elevar a oferta do ensino profissional e sanar as deficiências no ensino superior, que limitam a capacidade de inovar e a produtividade das nossas empresas. Existem bons exemplos. O curso de Engenharia Naval, da Universidade Federal do Pará, é um deles. Este nosso curso ganhou o melhor conceito de avaliação do MEC. Com

apenas oito anos, a graduação alcançou posição que nem mesmo cursos conceituados de São Paulo e Rio de Janeiro, com uma história de mais de 30 anos, chegaram perto. Inclusive, em recente concurso nacional da Marinha Brasileira, das 12 vagas ofertadas para engenheiro naval, sete foram preenchidas por ex-alunos da UFPA.

Destaco os bons exemplos e as iniciativas que merecem ser parabenizadas para a elevação da qualidade do nosso ensino, pois entendo que os problemas já são de conhecimento das nossas autoridades. Precisamos agora do medicamento, das soluções que tem a capacidade de transformar e curar os males da nossa educação. Apropriando-me das palavras do economista e professor Cláudio de Moura Castro, “a educação transforma a cabeça do jovem. Quem tem mais educação valoriza o futuro e sacrifica o presente”. É na esperança de um futuro melhor, na elevação gradual do nosso IDHM nos próximos anos e no verdadeiro desenvolvimento deste povo, que empunho a bandeira pela educação.

A indústria, o setor produtivo em geral e o povo brasileiro não podem mais viver condenados com precárias condições de ensino. Renda e longevidade, que são as outras duas dimensões que compõem o IDHM são, sem dúvida, importantes para o desenvolvimento, mas a educação é fundamental. Ela é a chave de um futuro melhor. ✉





## DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA O INSTITUTO SENAI

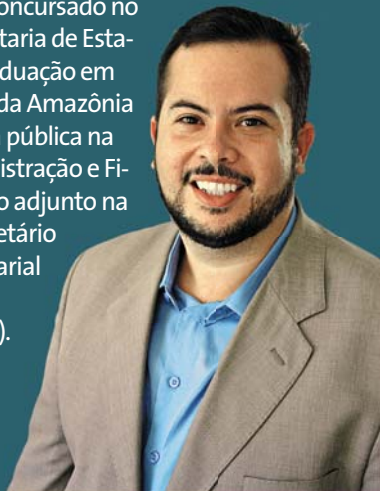


Consultores do Instituto Fraunhofer, instituição que ajuda a manter a Alemanha entre os países mais inovadores do mundo, estiveram em Belém para participar do *Workshop* de definição dos objetivos estratégicos para a implantação do Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Minerais. O Instituto, que será sediado no Parque de Ciência e Tecnologia do Guamá, na Universidade Federal do Pará (UFPA), e atenderá todo o Brasil, terá investimento na ordem de R\$ 51 milhões e ajudará a indústria brasileira a colocar no mercado produtos de maior valor agregado e a ganhar competitividade. A iniciativa opera como um canal de comunicação entre a universidade e o setor produtivo, recebendo demandas do setor industrial para a criação de novas tecnologias, novos processos e produtos.

## PESCA PARAENSE CONTA COM NOVO SECRETÁRIO DE ESTADO

O Pará, de acordo com as estatísticas oficiais, é o segundo maior estado produtor de pescado do Brasil, já tem um novo secretário que responderá pela pasta da pesca e aquicultura. O advogado, administrador de empresas e publicitário, André Pontes, de 33 anos, foi empossado no final de julho, como titular da Secretaria de Estado do Pesca e Aquicultura (Sepaq). Filho do ex-presidente do Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca, Ivanildo Pontes, o novo secretário se comprometeu em dar continuidade às obras inacabadas e desenvolver ações em prol do fortalecimento e expansão da produção pesqueira.

André Pontes é servidor público do Estado, concursado no cargo de técnico em gestão pública na Secretaria de Estado de Administração (Sead). Ele tem pós-graduação em auditoria e controladoria pela Universidade da Amazônia (Unama). O novo secretário iniciou a carreira pública na Sead, na qual foi nomeado diretor de Administração e Finanças. Também respondeu como secretário adjunto na Sead. Antes de assumir a Sepaq, o novo secretário estava trabalhando como consultor empresarial na Área de Inovação, no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Pará (Sebrae).



## SISTEMA FIEPA EM PARAUAPEBAS

O município de Parauapebas – que nos sete primeiros meses deste ano foi aquele entre todas as cidades brasileiras que mais exportou, registrando um valor de US\$ 5,27 bilhões – vai ganhar sede do Sistema Fiepa. Convênio assinado em agosto pelo presidente da Federação, José Conrado Santos, e o prefeito Valmir Queiroz, garante a concessão de uma área no valor de R\$ 30 milhões, com aproximadamente 60 mil m<sup>2</sup> para a implantação das instalações do Sesi, Senai, IEL e de representação da Fiepa. O terreno foi doado pela prefeitura para que o Sistema Indústria possa desenvolver mais ativamente suas atividades em prol do desenvolvimento e fortalecimento do segmento produtivo paraense.w

## RECORDE DE PRODUÇÃO

Em maio, a Imerys obteve o melhor resultado da Mina PPSA desde quando foi adquirida em 2010. Localizada em Ipixuna do Pará, a mina aumentou em 22% a produção de caulim em comparação à média dos primeiros quatro meses de 2013. Segundo o gerente de produção, Neilton Silva, esse resultado aumentou a proporção de abastecimento da mina à unidade fabril, localizada em Barcarena, em 42%. O ótimo desempenho é fruto de um conjunto de fatores, que vai desde a qualidade do minério até a integração das equipes que dão apoio à produção.

# CORES ATUA EM PROL DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS E TRANSPLANTES NO PARÁ

Idealizado para estimular o desenvolvimento integrado e em rede de ações e iniciativas de responsabilidade social, o Conselho de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Cores), preocupado em promover a difusão de boas práticas, lançou no dia 6 de agosto de 2013, o Banco Social de Doação de Órgãos e Transplantes do Estado do Pará. Quem fala mais sobre o Banco, como vai funcionar e de que forma a sociedade poderá contribuir, é a **presidente do Cores, Rita Arêas**.

## O que é o Banco Social de Doação de Órgãos e Transplantes e por que o Cores abraça esta causa?

O Banco Social de Doação e Transplantes é uma iniciativa da Sociedade Civil, com o apoio do Conselho Temático Permanente de Responsabilidade Social e de Educação (Cores) da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), que somará esforços ao desenvolvimento de uma cultura local, voltada para a doação de órgãos e transplantes no estado do Pará. O Cores apoia a criação do Banco Social por entender que ele é de fundamental importância para o desenvolvimento social do nosso estado. E essa responsabilidade cabe, não só ao Estado, como também às empresas socialmente responsáveis. São elas que fazem a diferença, tanto na sustentabilidade de seus próprios negócios, quanto na melhoria das condições de vida do ser humano.

## Qual o objetivo do Banco Social e o público que pretende atingir?

A intenção é sensibilizar toda a sociedade civil para a importância da doação de órgãos àquelas pessoas necessitadas de transplantes, além de assessorar instituições de saúde e entidades assistenciais para o desenvolvimento de ações e programas estratégicos que viabilizem a atividade de doação de órgãos e transplantes no estado do Pará. A sociedade precisa entender o que é morte encefálica, ter a segurança que este diagnóstico é feito através de normas internacionais, que o processo é transparente e a doação e os transplantes podem ser feitos de forma ética e segura.

## Como vai funcionar e quais as ações previstas?

Ele realizará suas atividades a partir de parcerias que desenvolvam ou apoiem ações de promoção à doação de órgãos e tecidos e os transplantes no Pará. Irá potencializar a captação de recursos e profissionalizar a sua gestão como pessoa jurídica, criando as condições para atingir seus objetivos. Entre as ações planejadas podemos citar as campanhas permanentes e temáticas; capacitação; ações educativas em escolas, centros de ensino, faculdade/universidades, ONGs, clubes sociais, entidades esportivas, religiosas e comunitárias; inclusão do tema de doação de órgãos em todos os cursos oferecidos pelo Sistema Fiepa. E também palestras em datas/semanas comemorativas referentes à saúde e qualidade de vida; produção de materiais informativos e peças publicitárias sobre doação de órgãos para envio de mala direta e captação de recursos junto à comunidade, iniciativa privada e nas esferas públicas nacionais e internacionais para consolidar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento dos transplantes com um centro de referência.

## Como o Banco pode ser acionado e quem pode participar?

A sociedade toda pode participar, tanto como mantenedores, parceiros estratégicos ou voluntários para custear, quanto apoiando as ações desenvolvidas. Basta solicitar ao Banco Social um projeto educativo para determinado setor – empresas, escolas, instituições de ensino superior, institutos de educação, dentre outros. Estes podem ajudar financeiramente por meio da doação de equipamentos ou apoio às instituições que atuam na atividade de doação e transplantes.

## Quem coordena o Banco Social e como podem ser feitas as parcerias?

O Banco será coordenado por uma equipe multidisciplinar de profissionais das áreas de saúde, educação e responsabilidade social. As entidades interessadas em participar devem entrar em contato com o e-mail do Banco Social (doeorgaospa@gmail.com) para que possam receber orientações sobre as formas de doação ou de desenvolvimento de projetos educativos.



# RADAR DA INDÚSTRIA

## SESI E CCBM PROMOVEM QUALIDADE DE VIDA EM ALTAMIRA

O mês de junho marcou a primeira ação em parceria entre o Serviço Social da Indústria (Sesi-Pará) e o Consórcio Construtor Belo Monte, no município de Altamira, sudoeste paraense. Uma programação especial levou palestras sobre saúde, orçamento familiar e segurança no lar, esquete teatral, massoterapia e consultas oftalmológicas e odontológicas aos trabalhadores e seus dependentes. Quem precisou confeccionar óculos ou trocar as lentes já desgastadas recebeu o novo acessório de forma gratuita. Os atendimentos foram realizados na Escola Sesi Altamira e nos sítios Canais, Pimental e Belo Monte. No sítio Canais, Manoel Messias, de 47 anos, aproveitou a massagem para aliviar as dores na coluna. “Como trabalho muito tempo sentado, a médica me recomendou sessões de fisioterapia. Enquanto não comecei, vim participar e já senti um grande relaxamento. Foi muito bom”, disse o operador de caminhão articulado. No total, foram realizados 1.831 atendimentos.



## DIA DO INDUSTRIAL DE PANIFICAÇÃO FOI COMEMORADO EM BELÉM

Profissionais, empresários e fornecedores do setor da panificação e autoridades participaram de um jantar em comemoração ao Dia do Industrial de Panificação no último mês de julho, em Belém. O tradicional evento, promovido há mais de 60 anos, aconteceu na sede campestre do clube Grêmio Literário Português, na capital, e foi realizado pelo Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria do Estado do Pará (Sindipan-PA). Na ocasião, como de costume, foi entregue o troféu Panificador do Ano a profissionais da capital paraense e do interior do estado que se destacaram pela dedicação e contribuição ao desenvolvimento do setor. Este ano, receberam o prêmio José Manuel Correia Gouveia, proprietário da Panificadora Cristo Rei Ltda., homenageado de Belém, e Alexandre Marcos de Oliveira, dono da Napoli Panificadora Ltda. de Tomé-Açu/PA, representante do interior. O evento contou com o apoio das empresas Rosa Branca, Mirella, Del Valle, Kibon, Oficina de Trigo e Bunge.

## INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA

A colheita da cana de açúcar no Pará já está a pleno vapor desde o mês de junho nas fazendas da Pagrisa, única empresa sucroalcooleira da agroindústria paraense, localizada no município de Ulianópolis. Este ano, a meta é chegar a 750 mil toneladas de moagem da cana. Assim, a Pagrisa irá contribuir nacionalmente para o crescimento do setor na safra 2013/1014, que deve ultrapassar os 650 milhões de toneladas de cana em todo o Brasil, um crescimento de 11% de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

## PRODUTOS PARAENSES NA COPA

Mais uma vez a Alubar se faz presente em grandes avanços do país. A empresa é uma das pioneiras na fabricação do Cabo Selenium, que será utilizado em obras de infraestrutura importantes para realização da Copa do Mundo de 2014 no Brasil. A empresa vai fornecer 11 mil toneladas do cabo, formado por 61 fios de 3,25 mm, para a obra da Interligação Elétrica Garanhuns, que está sendo realizada em Pernambuco e que também cortará Alagoas e Paraíba. O cabo, uma novidade no mercado brasileiro, possui excelentes características de retração e boa resistência à corrosão.





## APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

O Senai está em processo de formação das suas primeiras turmas de aprendizagem industrial do curso Auxiliar de Engenheiro da Construção Civil. Criado em outubro de 2012, o curso tem o objetivo suprir a demanda das médias e grandes empresas do setor que, segundo a Lei do Aprendiz Nº 10.097/2000, são obrigadas a contratar como aprendizes entre 5% e 15% do total de seus trabalhadores e matriculá-los nos serviços nacionais de aprendizagem ou em escolas técnicas. Quando formados, os alunos estarão aptos a trabalhar com ferragens, pinturas, hidráulica, além poder auxiliar na elaboração de projetos no âmbito da construção civil.

## PESQUISA IDENTIFICA POTENCIAL DE FORNECEDORES DO PARÁ

A Fiepa, por meio da Rede de Desenvolvimento de Fornecedores do Pará (Redes), realiza uma pesquisa inédita que visa constatar as potencialidades dos fornecedores do sudeste do Pará, região de maior demanda e investimentos ligados a projetos industriais e minerais. O estudo, já em andamento, segue em execução pelos próximos seis meses e contempla as cidades de Marabá, Curionópolis, Parauapebas e Canaã dos Carajás. A iniciativa conta com o apoio das associações comerciais destes municípios.

A Redes tem *expertise* no desenvolvimento de fornecedores com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade econômica. Por meio das ações da Fiepa/Redes, as compras locais, realizadas pelas grandes indústrias, aumentaram em 175% ao longo dos 13 anos de atuação. Em 2000, no começo da iniciativa, apenas 19% eram adquiridas das empresas do estado. Já em 2012, os números aumentaram, com o consumo de 51% de bens e serviços locais.

## SENAI E SESI INCENTIVAM A INOVAÇÃO NAS INDÚSTRIAS

As empresas que atuam no setor industrial e que tem ideias de produtos, processos e serviços inovadores na área da tecnologia, saúde, segurança, qualidade de vida, educação e cultura podem apresentar suas propostas até o dia 30 de setembro. Coordenado desde 2004 pelo Senai e, desde 2009, com participação do Sesi, o Edital de Inovação apoia projetos em 28 setores industriais, com investimento de R\$ 30,5 milhões este ano.

O Edital Senai/Sesi de Inovação abrange o Brasil inteiro e dá oportunidade para toda e qualquer empresa do setor industrial, inclusive ME (Micro Empresa), EPP (Empresas de Pequeno Porte) e Empresas Incubadas (Startups). Do total da verba que será investida, R\$ 20 milhões serão destinados a projetos desenvolvidos em parceria com o Senai; R\$ 7,5 milhões para os de parceria com o Sesi e o restante, R\$ 3 milhões, deverão ser aplicados em bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A contribuição de recursos por projeto pode chegar a R\$ 300 mil. A submissão dos projetos de inovação devem ser realizados pelo site [www.editaldeinovacao.com.br](http://www.editaldeinovacao.com.br), no qual estão disponíveis detalhes sobre as regras do Edital e mais informações sobre esta iniciativa em prol da inovação.

# O FOCO É AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

À frente da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) desde 2011, o economista Pedro Brito acumula em seu currículo passagem por importantes órgãos públicos ligados à questão logística brasileira. Antes de chegar à Antaq, ele foi Ministro de Estado da Secretaria de Portos da Presidência da República e titular do Ministério de Integração Nacional. Além da carreira pública, Pedro Brito atuou também como professor acadêmico e, entre os trabalhos publicados, destaca-se o livro “Muito a Navegar - Uma Análise Logística dos Portos Brasileiros”. Em entrevista exclusiva à PARÁ INDUSTRIAL, ele ressalta os pontos positivos da nova Lei dos Portos, sancionada em junho deste ano, e revela os investimentos portuários previstos para o Pará.

**A indústria brasileira vem perdendo em competitividade por uma série de fatores, dentre eles, a logística de transporte da produção. A nova Lei dos Portos pode ser vista como um alento para o fortalecimento deste importante segmento produtivo?**

Sem dúvida. Um dos principais aspectos para a produtividade da economia como um todo e para a competição de nossos produtos lá fora é uma logística eficiente em todos os setores. No caso específico do Brasil, que é um país que tem se mostrado muito eficiente na exportação de granéis agrícolas e minerais, essa logística se torna mais importante ainda. No caso dos granéis agrícolas, considerando que o foco produtivo está no centro-oeste e que é preciso atravessar grande parte do território brasileiro para chegar com a produção até o Porto de Paranaguá, no Paraná, vejo que investir no norte como um possível eixo de integração daria maior competitividade à produção brasileira. Especificamente àquela região, vejo como sendo uma nova possibilidade de um caminho logístico mais barato, desde que, naturalmente, sejam feitos os investimentos necessários nas hidrovias e nos novos portos, que já estão ocorrendo. O Brasil tem 60 mil quilômetros de possibilidades fluviais e lacustres, dos quais só usamos 21 mil. Então, existe um campo enorme a ser explorado com benefícios evidentes. Não só do ponto de vista ambiental, pela redução de CO<sub>2</sub>, como pela diminuição de custos. Uma tonelada exportada de granéis agrícolas pelo norte do Brasil pode custar até R\$ 100 a menos se comparada com o sudeste brasileiro, por exemplo.

**O BRASIL TEM 60 MIL QUILOMETROS DE POSSIBILIDADES FLUVIAIS E LACUSTRES, DOS QUAIS SÓ USAMOS 21 MIL. ENTÃO, EXISTE UM CAMPO ENORME A SER EXPLORADO COM BENEFÍCIOS EVIDENTES. NÃO SÓ DO PONTO DE VISTA AMBIENTAL, PELA REDUÇÃO DE CO<sub>2</sub>, COMO PELA DIMINUIÇÃO DE CUSTOS.”**





### **A que o senhor atribui a baixa utilização das hidrovias?**

A matriz de transporte no Brasil depende em aproximadamente 60% do modal rodoviário. Depois vem as ferrovias, com pouco mais de 22%, e as hidrovias com 13%, ficando muito pouco para o transporte aéreo. Acredito que ainda existe uma resistência para a utilização das hidrovias por conta da incerteza em relação ao prazo de entrega do produto. Às vezes o produtor e o distribuidor preferem pagar um pouco mais caro, pois o que importa é a certeza de que a mercadoria vai chegar no dia certo. Para incentivarmos a utilização das hidrovias é preciso garantir maior segurança no transporte da produção. Além de aumentar a segurança, vejo que, para mudar essa matriz é preciso investir mais, no intuito de que as hidrovias possam ser utilizadas como transporte preferencial para cargas. No caso do norte do Brasil, muitas hidrovias precisam de dragagem, outras precisam de derrocagem de pedras, outras de acessos. Mas a direção que tem sido dada pelo governo é de dar prioridade a investimentos nas hidrovias, de modo a ir mudando a matriz de transportes, reduzindo a participação no modal rodoviário e incrementando os modais ferroviários e hidroviários.

### **Os portos do Pará, por conta de sua baixa movimentação em comparação a outros terminais aqui do Brasil, apresentam um dos mais altos custos de operação. De que maneira a Lei dos Portos pretende reduzir custos e melhorar a eficiência dos serviços portuários?**

Através da competição. Na hora em que você investe em novos terminais, em maior capacidade portuária, aumenta-se a competição. Esse é o melhor e o único caminho eficiente para reduzir custos. O Governo Federal, por meio da nova Lei dos Portos, vai possibilitar que outros empreendedores passem a explorar concessões e arrendamentos de áreas portuárias, aumentando o número de terminais. No caso específico do Pará

o estado já foi contemplado no primeiro lote de arrendamentos lançado no começo do mês de agosto. O leilão para os portos paraenses (Belém, Miramar, Outeiro, Vila do Conde e Santarém) prevê a instalação de terminais para líquidos, graneis agrícolas e para contêineres. Nós sabemos que no Pará existe um problema grave em relação ao transporte de combustíveis, dos derivados de petróleo e de líquidos de uma maneira geral. Esse pacote de arrendamentos, em primeiro lugar, vai contemplar esse aspecto, que é crítico para a região norte, em especial para o Pará, incentivando a criação de novos terminais para líquidos. Acredito que três coisas são fundamentais para a redução de custos e para o aumento competitivo da logística desta região. Primeiro: investimentos em novos modais, principalmente no hidroviário. Segurança para que a cabotagem possa ter a regularidade, isto é, que não ocasione risco na distribuição das cargas e a integração dos modais, o que se chama em logística de cadeia porta a porta, também são os outros dois fatores fundamentais. Isso deve ser garantido pela integração intermodal. Quanto a movimentação, a projeção é que o leilão de novas áreas portuárias no Pará aumente exponencialmente o fluxo de cargas, chegando a uma movimentação de 43,6 milhões de toneladas (Em 2012, os portos do Pará movimentaram 22,4 milhões de toneladas).

### **E o Porto do Espadarte?**

Este é um projeto para o futuro, mas que requer cuidado no sentido de ter para lá um plano que garanta que o porto possa vir a receber investimentos. E o que esse plano deve prever? Em primeiro lugar, acessos terrestres. Você não pode desenvolver uma região portuária sem rodovias, ferrovias e hidrovias que conduzam a carga até o porto e que também retirem a carga de lá para distribuir na interlândia – área de influência do terminal. Esse é o ponto número um. No ponto de vista aquaviário, as informações que nós temos é que este é um porto com um calado natural de grande





profundidade, o que não exigiria expressivos investimentos. Essas condições dariam ao Espadarte a possibilidade de começar a atrair cargas, mas de novo, como ali não existe uma região de influência que ofereça uma carga em grande escala e justifique grandes investimentos portuários, é preciso que antes se tenha um plano comercial para a região.

**Ele não se justificaria com o funcionamento do Canal do Panamá?**

O novo Canal do Panamá, que estará em operação brevemente, deverá estimular o tráfego de navios de grandes dimensões e que pode tornar viável aquela região. No entanto, antes é preciso que se prepare o porto para o transbordo de cargas dessas embarcações maiores que passarão por tal região. Essa é uma possibilidade. Mas o que eu quero dizer objetivamente é que para viabilizar um porto como esse, é preciso ter carga ou criar condições para a movimentação portuária através de um posicionamento de mercado. O que sei é que a Secretaria de Portos, a quem compete fazer o planejamento do setor portuário, está concluindo o “masterplam” de todas as principais localizações portuárias no Brasil. O Espadarte, certamente, está sendo visto, mas ainda não há um plano diretor localizado para aquela região.

**Diversos terminais portuários públicos estão em estado de conservação muito ruim. Na região da Amazônia Legal existem até mesmo terminais desativados por conta das condições precárias da infraestrutura portuária, outros operam sem nenhuma fiscalização, impondo custos exorbitantes ao produtor. A falta de controle impacta no custo logístico e na ineficiência portuária. Qual a saída efetiva para este problema?**

Isso passa pelo plano de investimentos que o governo está lançando para fazer novos arrendamentos. A possibilidade que a nova lei abre de investimentos privados em novos terminais portuários possibilitará portos mais eficientes. Considero que o setor privado vá se interessar mais em explorar as áreas portuárias, pois a nova lei retirou a antiga exigência, que obrigava o arrendatário do terminal ter carga própria para justificar o investimento. Isso não é mais requerido hoje, de sorte que qualquer investidor pode apresentar a sua proposta para um terminal privado, mesmo que ele não tenha carga, seja para granéis, contêineres, seja para qualquer tipo de carga. Então esta é uma possibilidade que se abre com a nova lei. A Antaq está concluindo um levantamento completo com todos os terminais portuários, inclusive dos pequenos que existem na Amazônia. Nós sabemos que muitos desses terminais basicamente de passageiros, isso porque a Amazônia precisa deles para que as pessoas se movimentem na região. Apesar de ter conhecimento dessa característica amazônica, fiquei surpreso com um dado recente que foi pesquisado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) a pedido da Antaq. O estudo indicou que a movimentação de cargas nesses pequenos terminais chega a mais de 4,5 milhões de toneladas/ano, o que é um volume expressivo, considerando que são cargas pessoais. O estudo já foi uma etapa importante da ação da Antaq para a vistoria e fiscalização dos terminais portuários de todo o Brasil. O plano da Agência é ter um processo de fiscalização que, aos poucos, vá abrangendo todos os terminais, desde os grandes até os menores.

**O GOVERNO FEDERAL, POR MEIO DA NOVA LEI DOS PORTOS, VAI POSSIBILITAR QUE OUTROS EMPREENDEDORES PASSEM A EXPLORAR CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS DE ÁREAS PORTUÁRIAS, AUMENTANDO O NÚMERO DE TERMINAIS.”****A Lei 12.815/13 apresenta novidades para a concessão e arrendamento de portos e instalações portuárias. Quais serão as modificações? As áreas serão licitadas por meio de leilão?**

A novidade é um processo mais simplificado através de leilão. O fato de não exigir, para o caso dos terminais privados, a posse da carga, já pode ser considerado um avanço. E no caso dos arrendamentos e concessões, esse processo, através de leilão, será mais rápido, pois a primeira coisa a ser examinada será o critério de menor preço. Aqueles que apresentarem a menor tarifa e proposta de maior movimentação serão selecionados para o processo de avaliação das qualificações. O processo tradicional, que não é de leilão, exigia primeiro a avaliação das qualificações do pretendente para depois entrar na parte de preço, o que atrasava o cronograma.

**O transporte de cargas pelas hidrovias da Amazônia também se apresentam como um importante caminho para que a região alcance o desenvolvimento do setor produtivo. Além da produção paraense, a**



**Hidrovia do Tocantins, por exemplo, é a solução para o escoamento da soja do centro-oeste brasileiro. Apesar do seu potencial, o projeto da hidrovia está paralisado por conta do Pedral do Lourenço. De que forma a Antaq acompanha este processo?**

As hidrovias, pelo uso de meios de transporte eficientes, são reconhecidamente essenciais para atrair investimentos, uma vez que contribuem para a redução dos custos de produção, distribuição e ambientais. A Antaq, em todos os fóruns em que participa, sempre reforça a necessidade de investimento em hidrovias por parte do governo, reforçando seus benefícios sociais e econômicos, que extrapolam o mero uso logístico. A Antaq defende ainda que todos os eixos de transporte estejam preparados, conservados e integrados de modo que possam atender da melhor forma ao escoamento da produção brasileira, a fim de otimizar a economia e a eficiência produtiva. No caso da Hidrovia do Tocantins, a Agência tem se posicionado de forma favorável ao seu uso, tendo recentemente apresentando à sociedade brasileira o Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH, contendo neste um Relatório Executivo e um Relatório Técnico em que esta Hidrovia foi amplamente estudada e o seu uso foi comparado aos modais rodoviário e ferroviário, a exemplo da Ferrovia Norte-Sul, da qual faz parte o trecho Açailândia-Barcarena, que muitos divulgam como obra que esvaziaria o uso da Hidrovia do Tocantins. Com base nos resultados dos estudos do PNIH ficou demonstrado que as ferrovias cumprem papel integrador e fixam-se como opção adicional ao escoamento produtivo, demonstrando que a Hidrovia do Tocantins tem uma demanda de carga, principalmente, de soja, milho, minérios (minério de ferro, manganês e carvão mineral) sendo extremamente viável, mesmo em face às ferrovias e hidrovias concorrentes.

**Mas o que impede em dar efetividade à navegação do Tocantins?**

Relativamente ao derrocamento do Pedral do Lourenço, temos notícia da revogação do edital de licitação 0394/10-00 DNIT, cujo objeto era a “Execução das Obras de Derrocamento (Escavação de Mate-

riais de 3ª Categoria), no Rio Tocantins, numa extensão de 43 km Estado do Pará. Os recursos para a realização destas obras, consideradas fundamentais para a viabilização daquela Hidrovia, já se encontram alocados no Programa de Trabalho 26.784.1456.123M.0015. Atenta para a importância deste tema, nas condições informadas anteriormente, a Antaq tem se reunido constantemente com os diversos setores – empresas, governo e sociedade civil organizada, reforçando a importância da continuidade das obras que propiciarão o uso da Hidrovia do Tocantins. A Antaq promove a cada dois meses um evento que reúne atores da área hidroviária, o Café Hidroviário. No último encontro, a pauta principal foi o derrocamento do Pedral do Lourenço, com participação de representantes do Ministério dos Transportes (DNIT), Empresa de Planejamento e Logística (EPL), além de várias instituições. Nesta reunião ficou definido aguardar que o DNIT receba a avaliação da Marinha do Brasil para, posteriormente, reunir de novo o grupo buscando, objetivamente, uma solução imediata para esta obra.

**O Governo Federal anunciou recentemente uma reforma na área de transporte. O DNIT passará a cuidar exclusivamente de intervenções nas estradas federais. As hidrovias serão atribuições da atual Companhia das Docas do Maranhão (Codomar) e que deverá se tornar Empresa Brasileira de Hidrovias (EBH). De que maneira esta reforma na área de transporte poderá vir a atender os transportes hidroviários? É interesse do atual Governo Federal explorar mais os eixos hidroviários?**

Acho que não só é interesse, como também é mandatório para que seja realizado esse processo de investimento nas hidrovias. Sem os investimentos nas hidrovias o Brasil não tem como mudar sua matriz de transportes, reduzindo, proporcionalmente, os 60% que é dominado pelas rodovias. Esse é o plano deste governo. ❏

# Incentivo financeiro a quem preserva

**DISPOSITIVO USA COMO CRITÉRIOS DE REPASSE DE VERBA PARA OS MUNICÍPIOS AS AÇÕES DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE**

A partir de 2014, ao fazer compras no supermercado ou adquirir uma passagem de ônibus para outra cidade, o consumidor paraense estará contribuindo, entre outras coisas, para ações de combate ao desmatamento e de preservação de unidades de conservação dos municípios do estado. A relação pode parecer inexistente, mas é isso que prevê o ICMS Verde, medida regulamentada em junho pela Lei Estadual 7.638.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) está embutido na compra de mercadorias ou na utilização de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação. De acordo com a Constituição Federal, de tudo que é arrecadado com este imposto 75% vão para o Estado e 25% para os municípios. Estes 25% podem ser distribuídos conforme critérios criados pela administração estadual, comprometendo até ¼ deste montante.

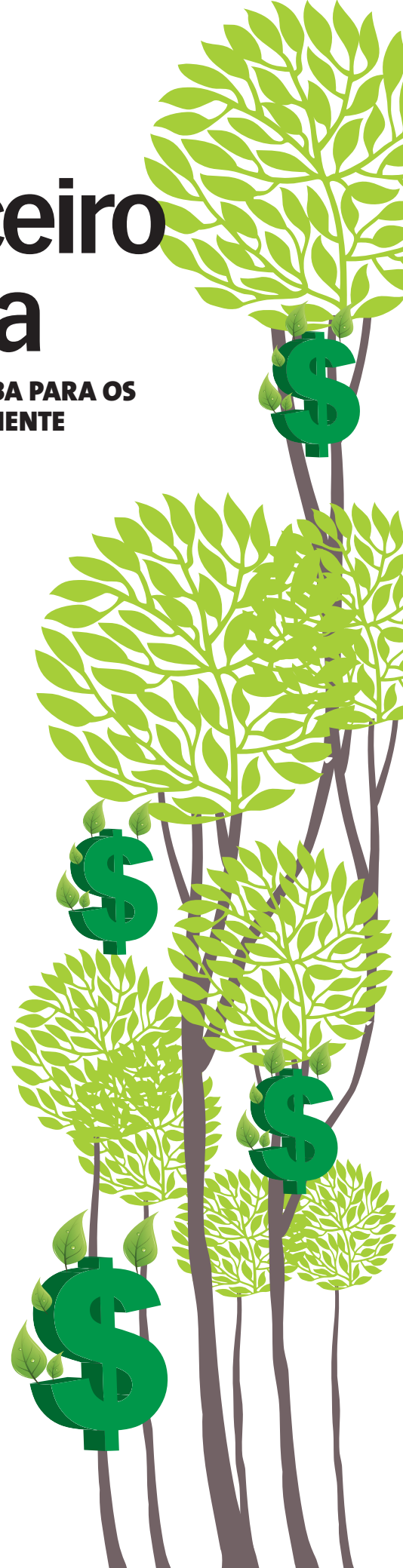
O repasse de ICMS pode considerar vários aspectos, como população, território e movimentação da economia. O critério ambiental foi adotado pela primeira vez no Paraná em 1991, e após isso por outros 14 estados antes do Pará. Em termos gerais, estas unidades federativas usam como condição ambiental o percentual do município com-

posto de áreas protegidas (parques e florestas nacionais, reservas extrativistas e unidades de conservação).

Segundo Justiniano Netto, secretário extraordinário de Estado para a Coordenação do Programa Municípios Verdes, a novidade do Pará reside exatamente nos critérios. “Além de remunerar as áreas protegidas, o Pará tem dois critérios inéditos no sistema brasileiro: remuneração conforme o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a redução do desmatamento. Quanto mais o município reduz, mas ele recebe a verba do ICMS”, explica.

Aqui, o ICMS Verde começa a vigorar de forma progressiva a partir de 2014. No ano que vem, 2% do que é arrecadado no Pará e que é destinado aos municípios serão revertidos à remuneração de quem atende aos critérios ambientais. “Pode parecer pouco, mas já significam 35 milhões de reais”, afirma o secretário. Em 2015, a porcentagem aumenta para 4%, para 6% em 2016% e chega a 8% em 2017.

Dentro do “bolo” do ICMS Verde também existe uma distribuição conforme os critérios estabelecidos especificamente no Pará. Cinquenta por cento da verba irá remunerar os municípios com maior quantidade de CARs, outros 25% são destinados às cidades que possuem mais áreas protegidas e o restante (25%)







➔ **Deryck Martins, secretário-executivo do Conselho de Meio Ambiente do Sistema Fiepa**

irá para as que mais reduziram a taxa de desmatamento. “O município tem que mostrar que reduziu o desmatamento em comparação à média dos anos anteriores”, declara Justiniano.

De acordo com o secretário, um município com chances de ganhar uma boa fatia do ICMS Verde é Oriximiná, no noroeste do estado, por possuir bastante cadastros ambientais rurais, áreas protegidas e pelo trabalho de gestão ambiental em prol da diminuição do desmatamento. Outros exemplos são Juruti, Paragominas, Dom Eliseu, São Félix do Xingu e Tailândia. “A partir de agora, as outras cidades têm que crescer nestes aspectos para pegar uma fatia maior do ‘bolo’. O ICMS Verde cria este estímulo para que o município tenha uma boa performance ambiental e assim possa receber mais recursos”, completa.

## EMPRESAS PRECISAM INVESTIR NA SUSTENTABILIDADE

Entre os requisitos para a remuneração com o ICMS Verde, o CAR é provavelmente o que mais expõe a responsabilidade da iniciativa privada. Para se regularizarem, em-

presários precisam dar entrada no cadastro de suas propriedades rurais informando, entre outras coisas, se o dono tem ativos ambientais (ações de preservação além do que é necessário por lei) ou passivos ambientais (pendências com a legislação).

Para Deryck Martins, secretário-executivo do Conselho de Meio Ambiente do Sistema Fiepa, uma das vantagens do ICMS Verde é a compensação de quem tem ativos e de quem está em dia com a legislação. “Acho que é um caminho importante que a gente precisa trilhar já. Significa a regularização fundiária, o combate ao desmatamento e, acima de tudo, premiar os produtores que não desmataram, que mantiveram as matas ciliares”, acrescenta Deryck, que é engenheiro florestal e mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Apesar de ser um repasse feito ao município, no caso do Pará, para se enquadrar no ICMS Verde a administração pública precisa da ajuda do empresariado. Nesta parceria, algumas ações necessárias aos proprietários de áreas rurais são a adesão ao cadastro, assim como a adoção de políticas de compra responsáveis, como não adquirir produtos de áreas desmatadas ou que não têm licenciamento ambiental. “Com isso, a legalidade também ➔



## O EXEMPLO DO RIO DE JANEIRO

*O ICMS Verde existe no estado do Rio de Janeiro desde outubro de 2007, entrando em vigor em 2009. Neste ano, o valor do repasse do imposto aos municípios, para o critério “unidades de conservação”, alcançou R\$ 17 milhões, montante repartido entre 63 dos 92 municípios fluminenses.*

*Logo de início, as cidades de Resende, Mesquita, Nova Iguaçu e Cachoeiras de Macacu receberam mais de um milhão de reais cada por meio desta medida. Um ponto que chama atenção neste processo é que em oito dos 63 municípios beneficiados pelo ICMS Verde no Rio de Janeiro, os valores repassados em 2009 foram maiores do que as despesas com meio ambiente no ano de referência, mostrando que vale a pena investir na gestão ambiental.*

é estimulada, pois restringe o mercado de quem é ilegal. Se o mercado prioriza produtos legalizados, ele acaba contribuindo para a regularização do município”, relaciona Justiniano Netto.

Ele também afirma que outra iniciativa benéfica para ambos os lados é o estabelecimento de convênios em que as empresas apoiem os municípios e os capacitem na área de Gestão Ambiental. “Quando o município se fortalece na gestão ele ajuda também a indústria”, completa.

A Pagrisa, indústria que produz açúcar cristal e biocombustíveis na cidade de Ulianópolis, no sudeste do Pará, investiu na regularização de suas terras pelo CAR em conjunto com o processo de georreferenciamento das propriedades. “Para a empresa, a regularização vai além

**O ICMS Verde é uma medida positiva que valoriza a floresta em pé, além de ser um passo a mais no sentido de mudar velhos conceitos de que a floresta é um entrave ao desenvolvimento econômico e social.”**

**GUILHERME CARVALHO,  
DIRETOR TÉCNICO DA AIMEX**



b-Tarso Sarraf

Justiniano: um município com chances de ganhar uma boa fatia do ICMS Verde é Oriximiná

da obrigação legal. Ela traz parâmetros e informações que são utilizadas no processo de gestão das atividades produtivas”, afirma Fernão Villela Zancaner, diretor adjunto da Pagrisa.

Segundo ele, medidas como o ICMS Verde, que incentivam a regularização, são capazes de trazer resultados mais rápidos e eficientes do que a punição. “Esse incentivo repassado aos municípios fará com que a gestão municipal – por meio das secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, que estão muito próximas dos proprietários rurais – tenha uma capacidade e agilidade muito maior de esclarecer e orientar estes proprietários para a importância de cumprir a legislação ambiental, até mesmo para garantir a venda dos seus produtos agrícolas sem nenhum tipo de restrição comercial”, conclui Zancaner.

No Pará, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) são as executoras do ICMS Verde e devem ainda este ano iniciar campanhas de esclarecimento e es-

tímulo à adesão dos municípios à nova política.

## INDÚSTRIA MADEIREIRA APOIA MEDIDA

A intenção do governo com a medida do ICMS Verde vai além do repasse de recursos para os municípios que se destacarem nos critérios ambientais. A verba pode sim ser usada em obras públicas e sociais, mas é importante que também seja revertida no aprimoramento da gestão ambiental e na preservação das áreas naturais protegidas, que nos anos seguintes continuarão sendo um dos motivos pelos quais o município se adequa a receber os recursos do ICMS Verde.

Este movimento de manejo consciente e legalização vai ao encontro dos interesses de vários ramos de negócios, como o da indústria madeireira. Guilherme Carvalho, diretor técnico da Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará





© Bruno Carachesti

➤ Guilherme cita que o ICMS Verde pode auxiliar na estruturação dos municípios

(AIMEX) cita como ponto importante o estímulo ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é a base para o órgão ambiental aprovar qualquer atividade produtiva e seu respectivo licenciamento numa propriedade rural. “Isto inclui projetos de manejo florestal sustentáveis para exploração e venda da madeira”, exemplifica.

A expectativa da associação é que com o ICMS Verde os municípios possam se estruturar e melhorar a eficiência do serviço público prestado na gestão ambiental. “Tal situação permitirá que o Estado transfira a gestão ambiental para os municípios, de forma que eles tenham a total autonomia para efetuar o licenciamento ambiental das empresas que se localizam dentro dos seus domínios. Estas, por sua vez, não precisarão mais se deslocar para a capital, Belém, para obterem a licença ambiental, fato este que por si só já significa uma redução de custo no processo do licenciamento ambiental”, prevê Guilherme.

Para a indústria da madeira,

existem áreas específicas que poderiam ser foco do investimento dos municípios com o recurso do ICMS Verde. No caso das cidades que abrigam unidades de uso sustentável, o diretor técnico afirma que os recursos permitiriam a realização de estudos que venham a antecipar os editais de licitação para exploração florestal sustentável, mediante a um processo de concessão florestal. “Além de disponibilizar madeira para atender à indústria, essas áreas licitadas seriam uma fonte a mais de recursos para o município, pois ele também receberia um percentual, previsto na Lei de Gestão de Florestas Públicas, pelo pagamento do uso do recurso madeireiro. No caso dos municípios que possuem áreas antropizadas (onde há ocupação do homem, exercendo atividades sociais, econômicas e culturais sobre o ambiente), os recursos permitiriam a implantação de um programa de reflorestamento para formar os futuros estoques de matéria-prima florestal para alimentar as indústrias madeireiras”, finaliza. ➤

## ONDE ESTÁ O ICMS?

Imposto contido no preço de mercadorias e serviços de transporte e comunicação, o ICMS é a fonte mais importante de receita tributária de um estado, chegando a representar 90% do total arrecadado. Ele também é seletivo, incidindo mais sobre alguns produtos e menos sobre outros. Isso depende da mercadoria ser considerada essencial, necessária ou supérflua. Confira a escala de incidência:

### PRODUTOS DE CONSUMO POPULAR

Arroz, feijão, leite e pão

+

17%

DO VALOR DO PRODUTO

=



VALOR FINAL

### PRODUTOS SUPÉRFLUOS

Cigarros, cosméticos, perfumes, embarcações de recreio e esporte, armas e munições

+

25%

DO VALOR DO PRODUTO

=



VALOR FINAL

Fonte: <http://contabilistasfits2007-02.blogspot.com.br/2007/11/icms-quem-paga-essa-conta-icms-imposto.html> (valores vigentes no estado de Alagoas)





# Indústria sofre com elevada carga tributária

**O BRASIL ESTÁ ENTRE AS 30 NAÇÕES COM MAIORES CARGAS TRIBUTÁRIAS DO PLANETA E LIDERA O RANKING NA AMÉRICA LATINA**

**D**o bombom consumido pela criança ao carro zero que acaba de sair da loja. Em ambos os produtos, os impostos embutidos sobre o valor da compra é alto e quase sempre passam des-

percebidos por quem os adquire. Quando compramos um bombom, por exemplo, 38% do preço são impostos. E esse é apenas um exemplo da exorbitante taxa tributária do Brasil, uma das maiores do mundo.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), divulgado em abril de 2013, o Brasil está entre as trinta nações com maiores cargas tributárias do planeta e lidera o ranking





❖ Celso Garcia acredita que os tributos pagos poderiam ser revertidos em tecnologia, o que agregaria valor ao produto gerado

na América Latina. A carga tributária brasileira é maior do que a de países como Estados Unidos, Canadá, Japão e Rússia e correspondeu, em 2012, a 36,27% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, batendo recorde de arrecadação, com R\$ 1,59 trilhão. O Brasil está bem acima da média tributária mundial, de 27,1%, e da média latino-americana, de 28,1%.

O problema não seria tão grande se a administração pública retornasse esses tributos em serviços públicos. Uma pesquisa do Índice de Retorno de Bem-estar à Sociedade (IRBES) aponta que entre os trinta países com maior carga tributária, o Brasil é o que proporciona o pior retorno em serviços como educação, saúde, segurança e transporte, entre outros, à população. Ainda segundo o IRBES, Estados Unidos, Austrália, Coreia do Sul e Japão, com cargas tributárias variando de 25% a 27% sobre o PIB, isto é, menores do que a do Brasil, lideram a lista de países que mais trazem retorno ao bem-estar da sociedade a partir da arrecadação dos tributos. Na América Latina, Uruguai e Argentina estão na frente do

Brasil nos índices de retornos em serviços públicos.

Em meio à elevada taxa tributária a qual está sujeito a pagar, o setor industrial é um dos mais penalizados, pois as empresas acabam sendo obrigadas a diminuir a produção, aumentar o valor de seus produtos e, conseqüentemente, perdem competitividade. Entre impostos, taxas e contribuições, as indústrias chegam a pagar, nos níveis federais, estaduais e municipais, pelo menos, dez tributos diferentes. No estado do Pará, indústrias de todos os setores sentem ainda mais o peso dessas tributações. Um exemplo disso é que os tributos arrecadados sobre o faturamento bruto das empresas do setor industrial paraense correspondem a 23% do PIB estadual.

## TAXAS PREJUDICAM O DESENVOLVIMENTO

A indústria Laminados de Madeira do Pará (Lamapa), que atua no mercado madeireiro há quase trinta anos é uma das que mui-

to contribuem com o elevado saldo de tributos arrecadado pelo governo. Por atuar diretamente com a exploração de madeira, a empresa precisa pagar taxas adicionais, o que afeta ainda mais os lucros. “Além de pagarmos o ICMS, PIS, Confins, IRPJ, CSLL e IPI, contribuimos com taxas de licenciamentos ambientais, tanto estadual quanto federal, de valores consideráveis. Juntando tudo isso, destinamos 15% do custo produtivo e 35% do lucro total da empresa em impostos”, revela Celso Garcia, diretor administrativo da Lamapa.

A excessiva carga tributária a qual as empresas estão sujeitas a pagar é considerada a principal vilã que impede o maior desenvolvimento das empresas, que deixam de investir no que é essencial para seus negócios. “Poderíamos reverter esses tributos em tecnologia, de forma a agregar valores aos nossos produtos. Outra coisa que poderíamos fazer se não tivéssemos um elevado custo tributário sobre a folha de pagamento, por exemplo, era reverter esses valores em melhores condições sociais aos trabalhadores, o que concorreria ➤



🕒 José do Egypto sugere, em curto prazo, uma revisão geral no prazo de recolhimento e peso dos tributos

para uma melhor produtividade”, explica Garcia.

Além da alta carga tributária, outro fator que causa dor de cabeça às indústrias é o complexo e burocrático sistema fiscal brasileiro. São mais de 3.000 mil normas tributárias federais e milhares de normas nos 26 estados, Distrito Federal e dos 5.564 municípios. Para José do Egypto Soares Filho, assessor econômico da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), uma das mudanças mais emergenciais no sistema tributário está relacionado ao período de recolhimento dos tributos. “Em curto prazo, poderia ser adotado uma revisão geral no prazo de recolhimento e peso dos tributos, pois estes, sem dúvida, afetam fortemente a competitividade das indústrias, já que mais de 50% delas pagam os impostos antes de receberem suas vendas”, comenta Egypto.

## É PRECISO REPENSAR OS MECANISMOS

No patamar estadual, o imposto

que mais atinge os cofres das indústrias é ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), com alíquota geral de 18%. Segundo José do Egypto, o Estado tem tomado algumas medidas para reduzir o ICMS, mas ainda é preciso repensar os mecanismos de benefício às indústrias. “Para ser beneficiado pela redução do ICMS as empresas precisam se enquadrar na Política de Incentivos Fiscais Estadual, apresentando projeto técnico/econômico junto às instituições governamentais buscando o crédito presumido, redução de alíquotas, desoneração na aquisição de ativos e insumos, etc. Podendo ter prazo de fruição por 15 anos. Porém, o Estado precisa aperfeiçoar esses mecanismos e ser bem célere na análise e aprovação dos pleitos industriais”, explica.

O assessor diz que para vencer tantos entraves é de fundamental importância a implementação de um plano estratégico que vise, a longo prazo, o desenvolvimento do setor industrial. “É preciso diminuir as incertezas, fortalecer as instituições e colocar em prática as estratégias de desenvolvimento socioeco-

nômico, desagregado em programa consistente de desenvolvimento industrial”, comenta.

No início deste ano, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou o Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022, que faz uma reflexão sobre os problemas que impedem o crescimento da indústria brasileira e apresenta ações que podem contribuir para o avanço do setor até o ano de 2022. Dentre os objetivos prioritários, no que diz respeito à tributação, estão a redução da carga tributária, a eliminação da comutatividade dos produtos, desoneração dos investimentos e exportações e a simplificação da estrutura tributária.

No Pará, as estratégias giram em torno de um maior investimento em inovação tecnológica, qualificação do capital humano, melhor infraestrutura socioeconômica e uma consistente política pública estratégica de desenvolvimento industrial. O objetivo é conseguir um equilíbrio entre a necessidade de arrecadação do Estado, sem que prejudique o crescimento das indústrias paraenses. ➡





## PRINCIPAIS IMPOSTOS PAGOS PELA INDÚSTRIA PARAENSE

### IRPJ (IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA JURÍDICA)

Incide sobre proventos de qualquer natureza. Pode ter como base de cálculo o Lucro Real, no qual a base de cálculo é o lucro contábil ou o lucro presumido. O IRPJ tem a base de cálculo correspondente a um percentual aplicável sobre a receita bruta. Incide também sobre a importação de mercadorias estrangeiras e sobre a bagagem de viajante procedente do exterior. No caso de mercadorias estrangeiras, a base de cálculo é o valor aduaneiro e a alíquota está indicada na Tarifa Externa Comum (TEC).

### ICMS (IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS)

incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e dos serviços de transporte intermunicipal, interestadual e de telecomunicações. A alíquota geral é de 18%. No Regime Simplificado, a incidência é sobre a receita bruta e a alíquota é de até 2.456,50 UFIR.

### CSLL (CONTRIBUIÇÃO SOBRE LUCRO LÍQUIDO)

Para as pessoas jurídicas optantes pelo lucro presumido, a base de cálculo corresponderá a 12% ou 32% da receita bruta da venda de bens e serviços. E as optantes pelo lucro real e o lucro contábil, a alíquota é de 9%.

### PIS (PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL)

incide sobre o faturamento mensal. Alíquota de 0,65% para as empresas tributadas com base no lucro presumido e 1,65% para as empresas tributadas com base no lucro real. As entidades sem fins lucrativos contribuem com 1% sobre a folha de pagamento.

### INSS (INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL)

Incide sobre a folha de pagamentos. A alíquota da empresa fica entre 20% e 15%, depende de cada situação.

### COFINS (CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL)

Incide sobre o faturamento mensal da empresa. Tem alíquota de 3% para as empresas tributadas com base no lucro presumido, alíquota de 7,6% para aquelas tributadas com base no lucro real e 4% para as instituições financeiras e assemelhadas.

### IE (IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO)

O fato gerador se caracteriza com o fato material da saída de produto nacional ou nacionalizado para outro país, qualquer que seja a finalidade de quem remete, e não com o negócio jurídico da compra e venda do exportador para o estrangeiro. Uma de suas características é a cobrança com função fiscal e regulatória, não só na medida em que se presta a arrecadação, mas também de acordo com a variação de suas alíquotas e à disciplina do fluxo de exportação.

# É possível sobreviver?

**PROGRAMA ESTIMULA E PROMOVE A COMPETITIVIDADE DAS INDÚSTRIAS DE PEQUENO PORTE**



Fotos: Bruno Carachesti

nal coordenam, desde 1998, o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi). O programa dá apoio a projetos formulados pelas Federações Estaduais de Indústria e pelas unidades estaduais do Sebrae, em parceria com os sindicatos industriais e empresas. No Pará, a iniciativa é executada pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa)/Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e Sebrae local.

“O Procompi promove e potencializa a competitividade das micro e pequenas empresas no contexto dos seus territórios e setores produtivos ao quais pertencem, atuando em ações coletivas demandadas pelos empreendedores. Com o programa, há a possibilidade de aumento da capacidade gerencial, inovadora e associativa das micro e pequenas indústrias. Também é objetivo da iniciativa formar e fortalecer núcleos setoriais que estimulem a cooperação entre empresas, para o debate e resolução de problemas”, explica Eliana Cardoso, gestora do Procompi no Pará.

De acordo com Eliana Cardoso, de forma logística, o Sebrae trabalha com o IEL na elaboração dos projetos, articulação de parcerias e sensibilização das empresas. “O IEL é o responsável pela execução dos planos de ação, bem como, pela

**D**e acordo com o estudo Sobrevivência das Empresas, realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), 79,9% das micro e pequenas empresas do setor industrial, criadas no país, sobrevivem aos primeiros dois anos de existência. Assim, ainda há um percentual de empreendimentos do segmento que não resistem e fecham as portas prematuramente.

Para que mais empreendimentos alcancem longevidade e competitividade, frente à concorrência, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Sebrae Nacio-

“*Na minha empresa muitas melhorias já foram observadas, principalmente na organização, produção e motivação dos funcionários. Se não fosse o Procompi, eu teria desistido de trabalhar com confeitaria.*”

JOÃO CARDOSO, DA JBM BRINDES

prestação de contas dos projetos, enquanto o Sebrae auxilia, também, na indicação de consultores e instrutores para a execução de consultorias e cursos”, complementa.

## AUXÍLIO EM DIVERSAS FRENTES

Atualmente, no estado do Pará, o setor de confeitaria recebe os benefícios do Procompi. O projeto foi aprovado com o objetivo de ampliar a competitividade das indústrias do segmento da Região Metropolitana de Belém, por meio de ações de capacitação e consultoria técnica e gerencial.

Segundo Eliana Cardoso, no início do projeto, nove empresas não aplicavam nenhuma técnica de formação de preço. Assim, o preço era baseado no valor do concorrente, sem preocupação com os reais custos de produção. Porém, de acordo com ela, atualmente, a maioria dos estabelecimentos já formam seus preços por meio de planilha no software excel ou em outro programa específico.

Outra mudança observada foi em relação à ergonomia. Na maioria das empresas não havia iluminação adequada, o que causava fadiga visual aos operadores. Também faltavam mesas de apoio para colocação das peças, o que exigia um ➔



## PANIFICAÇÃO É CASE DE SUCESSO

Um dos segmentos industriais já contemplados pelas ações do Procompi no Pará é o da panificação. Conforme revela Eliana de Cardoso, as empresas do setor, participantes do programa, ao final do projeto, obtiveram excelentes resultados, a saber: faturamento – aumento de 17,62%; desperdícios – queda de 9,25%; lucro bruto – aumento de 33%; custos operacionais – queda de 10,50%; e número de atendimentos – aumento de 40%.

“Com indústrias mais fortalecidas e organizadas, o Pará ganha competitividade. Esta organização permite que as empresas enfrentem, com mais resistência, desafios comuns diante de um mercado exigente e competitivo, estimulando a melhoria em seus produtos e processos”, considera a gestora.

Uma das empresas de panificação que participaram do projeto foi a Panificadora e Confeitaria Versalles Ltda., localizada em Belém, e que foi beneficiada entre 2009 e 2010. A sócia proprietária da padaria, Lindalva Pereira (foto acima), faz uma boa avaliação desta participação. “Foi uma experiência excelente. Até hoje estamos colhendo os frutos e posso dizer que o programa foi um divisor de águas para a empresa”, revela. “O Procompi proporcionou à panificadora vários benefícios, como novos ensinamentos e técnicas e melhores modelos de controle para gestores e colaboradores. No geral, a gestão melhorou, com novo planejamento estratégico, que incluiu metas, layouts e outros procedimentos. Assim, a Versalles ficou mais competitiva”, comemora.



**O Procompi promove e potencializa a competitividade das micro e pequenas empresas no contexto dos seus territórios e setores produtivos aos quais pertencem, atuando em ações coletivas demandadas pelos empreendedores. Com o programa, há a possibilidade de aumento da capacidade gerencial, inovadora e associativa das micro e pequenas indústrias. Também é objetivo da iniciativa formar e fortalecer núcleos setoriais que estimulem a cooperação entre empresas, para o debate e resolução de problemas.”**

ELIANA CARDOSO, GESTORA DO PROCOMPI, NO PARÁ



📍 Eliana Cardoso, gestora do Procompi no Pará

esforço maior dos funcionários, e cadeiras apropriadas para a produção. Com oito meses de atividades do projeto, 80% das indústrias realizaram alterações nas instalações elétricas; 80% adquiriram mesas na altura correta para coleta das peças; e 65% adquiriram cadeiras ergonômicas para seus operadores.

O sistema de produção das empresas também sofreu modificação. Inicialmente, nove indústrias não praticavam nenhum controle de produção, como formulários, anotações e outros procedimentos. Também não havia cobrança de resultados dos operadores. A apuração das atividades era realizada ao final do dia ou, então, apenas no final da semana.

Porém, depois de oito meses de execução do projeto, as empresas passaram a estabelecer alguns procedimentos internamente, a saber: uso de formulários de controle de produção; exposição dos resultados em quadros visuais dentro de setores específicos; cronometragem das peças a serem fabricadas, para definição de metas, com cobrança de

hora em hora, etc.

As empresas também promoveram ações de melhorias nas áreas de layout e contratação de pessoal e criação de novos cargos. Como resultado, “93% das empresas já registraram aumento da produção”, revela a coordenadora regional.

Os empresários que fazem parte do Procompi confecção aprovam a participação de seus empreendimentos no projeto. “O programa já trouxe para nossa empresa injeção de ânimo, com resultados excelentes, usando processos simples e bastante inteligentes”, sintetiza Nilton Athayde, da Iconbel. Já João Cardoso, da JBM Brindes, vai além. “Na minha empresa muitas melhorias já foram observadas, principalmente na organização, produção e motivação dos funcionários. Se não fosse o Procompi, eu teria desistido de trabalhar com confecção”, garante.

As empresas do setor de confecção irão receber capacitação até novembro deste ano. Os próximos segmentos que serão contemplados

pelo Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias são o oleiro-cerâmico, de São Miguel do Guamá, e o de reparação de veículos.

Para o presidente do Sindicato da Indústria de Oleiro Cerâmico de São Miguel do Guamá e Região (Sindicer), Antônio Aécio Miranda Lima, “o programa irá contribuir para a qualificação da mão de obra do setor e aperfeiçoamento da gestão das empresas, visando à melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados. O programa também deverá fortalecer o Arranjo Produtivo Local, o APL, do segmento, em São Miguel do Guamá. Todos estes fatores serão essenciais para a competitividade dos empreendimentos do ramo. É importante ressaltar, ainda, que o projeto Procompi oleiro-cerâmico conta com o apoio do Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração, a Seicom”, considera o presidente do Sindicer.

A Skyline Auto Center, empresa de reparação de veículos que atua em Belém, no bairro do Telégrafo, será uma das que participará em breve do Procompi. O estabelecimento, que existe desde 1996 e conta com 38 funcionários, oferece diversos serviços: funilaria e pintura de veículos nacionais e importados; polimento e revitalização de pintura; limpeza de ar condicionado; alinhamento ou balanceamento; dentre outros.

O proprietário da Skyline, Reginaldo Costa da Silva, espera que, com o Procompi, a sua firma possa melhorar em algumas áreas. “As expectativas para a participação no programa são grandes. Com a capacitação e orientações que a empresa irá receber, espero que ela possa se reestruturar e melhorar em alguns setores, como o administrativo e o operacional”, afirma. ⇐



**Para um projeto Procompi ser aprovado, geralmente, é necessária a participação de, no mínimo, 25 indústrias. Já uma empresa, para ser beneficiada pela iniciativa, precisa ter um faturamento bruto anual de, no máximo, R\$ 3,6 milhões. As ações que podem ser contempladas nos projetos são as seguintes, dentre outras:**

- **Ações de desenvolvimento empresarial e melhoria do processo produtivo, envolvendo qualificação de gestores, capacitação profissional, gestão da qualidade e da inovação, design, logística etc.**
- **Ações de gestão ambiental, incluindo atendimento à legislação ambiental, gestão de resíduos, etc.**
- **Promoção da inovação, incluindo a cultura da gestão da inovação, fomento à utilização dos mecanismos de inovação etc.**
- **Ações de acesso a mercados, incluindo dimensionamento e prospecção de mercados, canais de comercialização e desenvolvimento de estratégias de marketing.**
- **Fomento ao associativismo e à cooperação.**
- **Ações de acesso ao crédito.**



# Produção leiteira do Pará pede atenção

O ESTADO TEM POTENCIAL PRODUTIVO, ENTRETANTO, É PRECISO ADOTAR ALGUMAS MEDIDAS PARA PERMITIR A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Foto: Benjamin - Ruropolis





Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) comprovam que a produção leiteira está crescendo no Pará. De acordo com o IBGE, neste primeiro trimestre de 2013, o estado conseguiu produzir 8% a mais do que a quantidade produzida no ano passado. Na região norte, ele é o segundo estado com maior produção, ficando atrás apenas de Rondônia. A notícia chega a ser animadora, mas ao observar o *ranking* nacional, o Pará despenca para décima segunda posição.

Aproximadamente 80% da produção de leite paraense é proveniente do sul do estado e o restante é produzido pelas demais regiões, a exemplo do Baixo Amazonas, nordeste, oeste e região metropolitana de Belém. A produção do oeste paraense é a menor de todas e equivale a um pouco mais do que 5% do total.

Para tentar decifrar os motivos que levariam a região a uma produção tão baixa, instituições e órgãos de pesquisa do Pará organizaram um estudo nos quatro municípios que concentram a produção de leite no oeste: Itaituba, Placas, Rurópolis e Trairão.

“A pesquisa executada pela Embrapa foi uma demanda que surgiu a pedido da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia do Pará (SEDECT) e do Sebrae. A escolha dessa região foi motivada pelo mercado de leite e derivados, pois a quantidade consumida é maior do que a produção local”, explica o coordenador do estudo e pesquisador em Economia Aplicada, Jair Carvalho, da Embrapa. O trabalho identificou a existência de mil produtores de leite e seis de laticínios especializados nos derivados do leite nos quatro municípios estudados. Além do perfil dos produtores, a pesquisa abordou as várias etapas da produção, desde os cuidados com os animais até a entrega do produto para a produção de laticínios.



Foto: Bruno Carachesti

Para Jair Carvalho, da Embrapa, a importância da atividade está na questão social

## LEITE MANTÉM TRADIÇÃO ARTESANAL

“A gente percebe que esses produtores são, na verdade, aqueles que estavam iniciando a pecuária de corte ou ainda investindo na produção de arroz, feijão ou milho, e que por terem dificuldade de competir com os que produzem em grande escala, acabam migrando para a pecuária leiteira”, explica Jair. De acordo com o pesquisador, a importância da atividade leiteira está na questão social, já que diferente da pecuária agrícola, o leite oferece uma renda diária ao produtor, que geralmente é utilizada para as necessidades cotidianas da família.

Antes de iniciar a produção, porém, estes pequenos produtores precisam superar algumas dificuldades encontradas tanto na produção leiteira quanto na agropecuária. “A estrutura de produção, mão de obra e crédito rural são fatores importantíssimos para qualquer atividade, inclusive a leiteira”, ressalta o pesquisador. Os recursos restritos destes produtores na maior parte das vezes não

permitem que eles invistam no manejo do solo, nas pastagens e na suplementação alimentar dos animais, o que é essencial para a qualidade do leite. “Sem uma boa forragem, o gado não engorda e sua produção de leite é comprometida”, ressalta.

## AUXÍLIO AOS PRODUTORES É A SAÍDA

Para levar a produção para frente, entidades como o Sebrae, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) disponibilizam subsídios aos produtores. “A Emater oferece crédito rural e acompanhamento técnico para aproximadamente 750 produtores em vários municípios”, explica o chefe do escritório local da entidade em Itaituba, Luis Felipe Marques.

Desde 2010, o escritório Sebrae – Tapajós realiza uma série de ações para que os produtores possam melhorar seus produtos. O primeiro passo foi realizar o diagnóstico da bacia leiteira, para entender o



Armando Miqueiro atua há 35 anos no único laticínio da cidade de Itaituba

perfil dos produtores e o potencial produtivo da região. “Após o estudo, o Sebrae pôde investir na capacitação de mais de 200 produtores, realizamos treinamentos em manejo de pastagem, melhoramento genético, manejo sanitário, higiene na ordenha e vários outros temas”, conta o gerente da Regional Tapajós, José Lira.

Além da capacitação dos produtores, o Sebrae procurou investir nas cooperativas de laticínios que existem na região. Um exemplo foi a Coopetra, localizada em Rurópolis, que ganhou uma nova logomarca, rótulos e embalagens para seus produtos, além de outros subsídios para ajudar na produção e comercialização de derivados de leite. “Os trabalhos já rederam muitos resultados positivos. Conseguimos aumentar a produção da Coopetra em 92% em apenas três anos”, conta o gerente.

## LATICÍNIOS TÊM LUGAR NO MERCADO

Boa parte do leite e dos derivados consumidos no Pará são impor-

tados de outras regiões do Brasil porque o estado ainda não consegue ser autossuficiente. “Isso é justamente uma oportunidade de investimento local para a geração de renda e emprego, pois a importação de leite e laticínios está em torno de 40%”, explica Jair. Atualmente, a importação é feita dos estados de Goiás e Mato Grosso, que fazem parte da região brasileira como maior produção, segundo o IBGE.

“A tendência é que daqui a 10 anos, o Pará seja autossuficiente”, conta o pesquisador. Mas para que o crescimento continue, é necessário cada vez mais investir no setor, para que os produtores locais, que hoje estão atrelados aos laticínios, sejam capazes de produzir uma quantidade maior. “É preciso ampliar aqui (no oeste) os trabalhos que existem em outras regiões para que a produção possa se inserir no contexto do desenvolvimento econômico do estado. A questão não é concorrer com as demais regiões, mas sim, melhorar a produção, gerar emprego e riquezas para o povo do estado e da região. É isso que precisamos para garantir a melhoria de vida dos produtores no campo”, finaliza o gerente do Sebrae, José Lira. ❏

## PRODUTORES DESENVOLVIDOS TEM MAIORES PERSPECTIVAS DE MERCADO

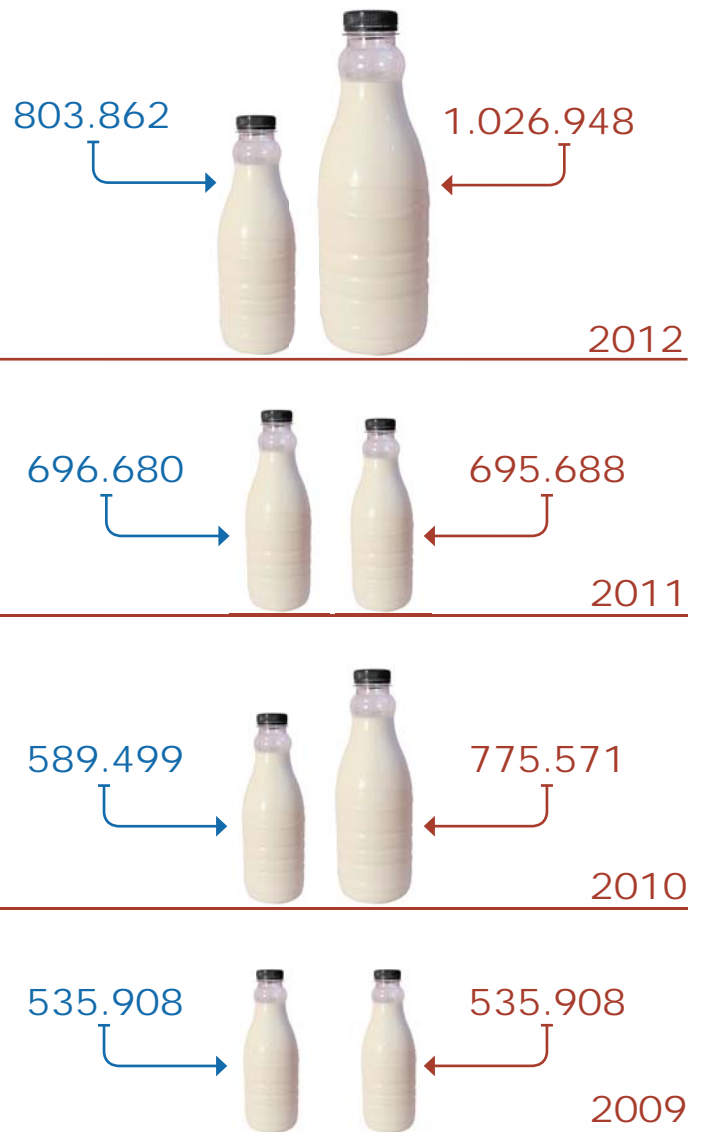
Outra deficiência na produção leiteira é o atrelamento dos pequenos produtores aos laticínios. Esta situação faz com que eles sejam apenas fornecedores de leite, deixando para os laticínios a tarefa de fabricar os derivados.

Armando Miqueiro é uma exceção. Ele é produtor de leite há mais de 35 anos e dono do único laticínio que existe em Itaituba – o Danadinho. Ele produz iogurte, queijo, manteiga e outros itens e ainda, grande parte de sua produção vai para a merenda escolar das escolas públicas e municipais. “Manter um laticínio custa caro, não são todos os produtores que conseguem fazer isso. Há muita dificuldade, principalmente, quando o assunto é transporte e assistência técnica”, conta.

De acordo com Armando, há interesse do Governo Federal e Estadual de melhorar este cenário, porém a principal dificuldade dos pequenos produtores são as questões burocracias para a legalização. “Acho que o pequeno produtor está perdendo espaço, pois não temos condições de atender todas as exigências dos órgãos regulamentadores. É preciso criar um meio termo e ser um pouco mais flexível”, finaliza.



Os trabalhos executados já renderam muitos resultados positivos. Para exemplificar e simplificar, veja o gráfico de produção abaixo, relativo ao volume (litros) de leite processado mensalmente pela Cooperativa Coopetra, localizada no município de Rurópolis.



Comparativo - Meta x Resultado Alcançado - Leite Processado

 META (litro de leite)

 Resultado Alcançado



# Jovens em busca de reconhecimento profissional

**FORMADA POR PESSOAS NASCIDAS NA DÉCADA DE 80, A GERAÇÃO Y É CARACTERIZADA PELO DINAMISMO, FOCO EM RESULTADOS E O ESPÍRITO COMPETITIVO**

Únicos e indispensáveis ao mundo corporativo, os jovens da Geração Y, confiantes e certos de sua importância no mercado de trabalho, correm atrás do que é melhor para o crescimento profissional. Estabilidade no emprego não é a prioridade desses jovens. Eles estão em busca de reconhecimento, evolução da carreira profissional e posições de destaque no mercado de trabalho.

Formada por pessoas nascidas na década de 80, a Geração Y, conhecida também por Geração do Milênio ou Geração da Internet, é caracterizada pelo dinamismo, foco

em resultados e o espírito competitivo. Os profissionais dessa geração prezam pela liberdade e por isso buscam mais do que remuneração. Eles querem ser ouvidos em ambientes em que tenham espaço para colocar suas ideias e fazer questionamentos.

“Os jovens Y estão abertos para mudança e buscam *feedback* para suas ações, justamente porque querem reconhecimento e possibilidades de crescimento profissional”, diz Mileny Matos, *coach* especialista em Carreira, com certificação pela Sociedade Latino Americana de Coaching (SLAC).

Por terem vivenciado muitos avanços tecnológicos e o desenvolvimento de países que acabaram tornando-se potências mundiais, os jovens dessa geração cresceram na companhia constante da TV a cabo, videogames, computadores, *tablets* e outras tecnologias que abriram seus horizontes. Para Mileny, o problema é que todo esse contato com

a tecnologia acabou deixando essa geração um pouco distraída, ansiosa, insubordinada e, por vezes, superficial.

Alexandre Prates, *coach* especialista em Desenvolvimento Humano e fundador do Instituto de Coaching Aplicado (ICA), acredita que os jovens dessa geração já evoluíram e ainda estão evoluindo

a cada dia. “A Geração Y tem mostrado o seu valor, principalmente a partir do espírito empreendedor, inovador, e a grande disposição que apresentam em crescer e fazer uso das novas tecnologias.”

Como grande estudioso e admirador da Geração Y, Alexandre também não deixa de comentar uma característica negativa

“Os jovens Y estão abertos para mudança e buscam *feedback* para suas ações, justamente porque querem reconhecimento e possibilidades de crescimento profissional.”

MILENY MATOS, COACH E ESPECIALISTA EM CARREIRA

dessa juventude: a inconsistência. Ele diz que, apesar da enxurrada de informações a que são submetidos diariamente, a incapacidade crítica de alguns jovens é assustadora, e as redes sociais, que poderiam ser uma rica fonte de informação e troca de visões sobre diversos temas, tem sido pouco exploradas. ➔

📍 Alexandre Prates, coach e especialista em Desenvolvimento Humano



Ele comenta que para identificar esse comportamento, basta observar, ao final de uma palestra, por melhor que ela seja, quantas pessoas se manifestam para fazer perguntas. “O número não chega a 5%”, diz o especialista. E para Alexandre é justamente esse o comportamento mais preocupante dessa geração, pois a cada dia, o ato de julgar, criticar, inovar e decidir está nas mãos de poucas pessoas. “Quando ouço um empresário dizer que o que mais lhe preocupa para o futuro da sua empresa é a falta de profissionais qualificados, constato que a maior desqua-

lificação de todas é incapacidade crítica e a visão curta”, analisa.

Para Prates, a Geração Y que vai se destacar e construir uma carreira brilhante será formada por aqueles que tiverem a capacidade de iniciativa, o desejo interno de realmente prosperar nos negócios e na vida. Ele acredita que o propósito da universidade é proporcionar conhecimento, mas transformar esse conhecimento em inteligência é uma decisão de cada um. “As organizações oferecem as oportunidades, mas cabe a cada profissional mostrar bons resultados e ser valorizado por isso”, incentiva.

## A GERAÇÃO Y E O MERCADO DE TRABALHO

De rápida interação com a tecnologia, energia e espírito empreendedor, a Geração Y apresenta muitas qualidades, que quando bem aproveitadas nas organizações, geram resultados, destaca Alexandre Prates

Na percepção da coordenadora de Estágio e Emprego do IEL-Pará, Vanessa Anjos, a Geração Y é bastante focada no mercado de trabalho e seus ideais não giram em torno de produzir por produzir ou até mesmo do simples cumprimento da carga horária de trabalho. Na visão da profissional, a Geração Y “veste a camisa” da empresa. “Eles são determinados e movidos por desafios. Buscam reconhecimento e são comprometidos com os resultados. Só depois disso, pensam em estabilidade financeira e carreira”, ressalta.

Felipe Florêncio, 21 anos, estudante de jornalismo da Universidade Federal do Pará (UFPA), relata que antes de seguir esse caminho acadêmico passou a vida inteira pensando em ser professor, mas bastou perceber que o cinema era sua verdadeira paixão para mudar o rumo da história e enveredar pelo caminho da comunicação. “Eu penso muito no presente, no que me importa agora. Não tenho medo de arriscar. Trabalho no que me dá prazer, fazendo aquilo que eu gosto. Sei que também preciso pensar no futuro, em um bom salário, mas isso não é o mais importante agora”, analisa o estudante.

Para Alexandre Prates, a Geração Y busca independência. Quer trabalhar com horários flexíveis, participar das decisões da empresa, ter espaço para criar e inovar, mas principalmente, quer ter a possibilidade de crescer e aprender rapida-

Vanessa Anjos, coordenadora de Estágio e Emprego do IEL-Pará



mente. Já a coordenadora de Estágio e Emprego do IEL-Pará complementa a análise desses jovens, destacando a capacidade deles em conciliar a vida profissional intensa e produtiva com qualidade e conforto. Na visão de Vanessa, o horário flexível e bem aproveitado proporciona aos jovens Y resultados positivos. Basta que os gestores entendam essa relação.

“O salário é uma acordo financeiro que, em tese, sempre será cumprido, independente da performance do profissional. Já o reconhecimento é único, é merecido, é conquistado por um desempenho acima da média. Exatamente por isso que mexe com as emoções e traz uma sensação muito mais positiva do que simplesmente o salário depositado no final do mês”, explica Alexandre.

Vanessa Anjos concorda com o especialista e afirma que é justamente pensando em reconhecimento que o IEL-Pará estimula os estudantes em fase de iniciação profissional a concorrerem ao Prêmio IEL de Estágio. “É uma forma que o Instituto descobriu de reconhecer e premiar, não somente as melhores práticas de estágio, ocorridas nas empresas, mas também o que de positivo os estagiários fazem nas unidades concedentes de estágio, com o apoio de seus gestores”, explica a coordenadora.

No entendimento da coordenadora, o Prêmio IEL de Estágio é uma ferramenta importante para incentivar os jovens à cultura da inovação e aos benefícios alcançados no processo produtivo. Ela acredita que, se o IEL, como agente integrador desses jovens, estimular o empreendedorismo e a inovação nas empresas, nos próprios estagiários e nas Instituições de Ensino, o Instituto poderá colaborar para o desenvolvimento da cultura da qualidade, do desenvolvimento sustentável e da prática da responsabilidade social nas empresas.

## AS MUDANÇAS E ADAPTAÇÕES NO MUNDO CORPORATIVO

Entre as mudanças mais significativas no mundo corporativo vividas após a inserção da Geração Y, a principal é a gestão horizontal. Para alguns especialistas, os jovens Y não reconhecem as barreiras impostas pela hierarquia rígida de algumas empresas e sentem-se mais motivados em organizações que permitem uma comunicação horizontalizada, sem escalas, agendas ocultas e jogos de poder.

De forma geral, as organizações já perceberam que a liderança precisa se esforçar para manter essa geração engajada e focada em resultados e que, portanto, a gestão de pessoas tomou um papel fundamental na formação das lideranças e no desenvolvimento de um programa de aprendizado contínuo das pessoas. “Se a nova geração não sentir que está aprendendo e crescendo o tempo todo, não permanecerá nas organizações”, destaca Alexandre Prates.

Ryann Araújo Mesquita (foto ao lado), 19 anos, é estagiário de tecnologia da informação na empresa Belém Bioenergia e já está em seu terceiro estágio. Para ele, a busca pela estabilidade varia muito de acordo com o ambiente da empresa em que se trabalhar, das oportunidades oferecidas e dos conhecimentos que há para se adquirir. “Se eu perceber que a empresa na qual trabalho reconhece o meu valor e pode me oferecer uma oportunidade interessante, de crescimento profissional, com certeza será uma

meta conquistar novas posições. Por enquanto, quero aproveitar o momento para adquirir conhecimento que possa me transformar em um profissional qualificado e experiente. Assim me sentirei sempre preparado para a competição que o mercado de trabalho impõe”, afirma.

Embora as empresas busquem modernizar o seu estilo de gestão para se adequar às novas gerações, ainda estão distantes de um modelo estrutural que atenda aos anseios destas. Segundo Alexandre Prates, já existem muitas iniciativas na construção de um ambiente organizacional saudável, de um plano de carreira consistente e de método de gestão participativa. No entanto, paralelo a isso, muitas corporações ainda vivem uma crise de liderança, que ocasiona uma grande dificuldade de engajar e reter os melhores talentos.

Prates ressalta que a ansia de crescer muito rapidamente dentro de uma empresa pode ser conflitante no ambiente de trabalho. “É preciso compreender que uma carreira não acontece do dia para a noite e que a maturidade também deve acompanhar o currículo do profissional. ➔





## É PRECISO PENSAR A LONGO PRAZO

O especialista alerta que muitos jovens estão jogando grandes oportunidades no lixo por não pensarem a longo prazo. Trocam de empresas rapidamente e não constroem uma reputação que os valorize no mercado. “Muitas empresas com consistentes planos de carreira contratam profissionais que abdicam disso por não aguardarem o tempo necessários para merecerem as oportunidades.”

Na opinião do estudante de jornalismo Felipe Florêncio, o mundo corporativo já está se adequando às novas gerações e a convivência com profissionais de outra geração pode e deve ser muito positiva. “Nunca trabalhei com pessoas muito mais velhas do que eu, mas as diferenças existem sim e o cenário é oportuno para o crescimento, para o diálogo e o aprendizado mútuo”, avalia o estudante.

Socorro Bandeira, coordenadora de Informações e Apoio à Gestão, da Caixa Econômica, em Belém, conta que convive diariamente com jovens da Geração Y em seu ambiente de trabalho. Na sua avaliação, um bom ambiente de trabalho e a valorização profissional são fundamentais para mover essa geração e contribuir para uma convivência harmoniosa com as diferenças. Para ela os jovens aprendem com facilidade e dão resultados muito rápidos. Já a Geração X, que antecede os jovens nascidos na década de 80, tende a ser pouco flexível às mudanças. Daí a necessidade de um gestor que atue tempestivamente, identificando e conduzindo a situação para a melhor solução possível.

Ela conta que ações educacionais voltadas ao esclarecimento das oportunidades existentes no perfil da Geração Y são sempre recomendadas, a fim de possibilitar a quebra de paradigmas da Geração X.

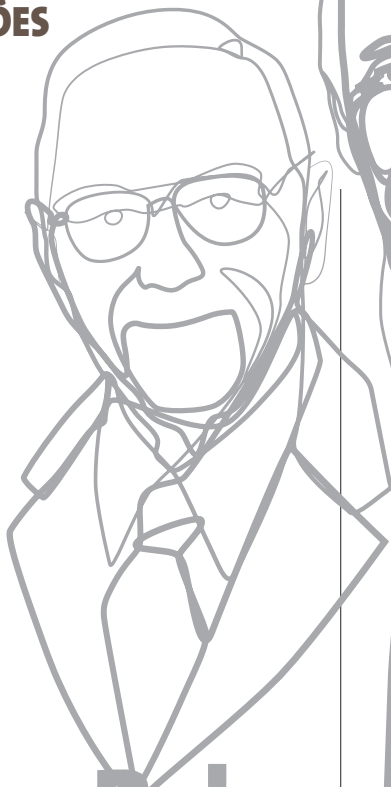
“As ameaças podem se transformar em oportunidades de melhorias/ascensão, desde que bem trabalhadas pelo gestor. A Geração Y tem um perfil associado à tecnologia, troca de informações, e a maioria das empresas necessita de pessoas com esse tipo de conhecimento”, avalia.

Para finalizar, Prates reconhece que a experiência é o maior aprendizado que os profissionais de todas as gerações devem cultivar. Ele acredita que, com uma boa gestão nas organizações, a experiência e a inovação andarão juntas e conquistarão grandes resultados. “As empresas só precisam valorizar a iniciativa, permitir e reconhecer a participação e, mais do que isso, permitir o erro. Um ambiente de forte repreensão nunca deixará florescer a inovação e a atitude de ir além. É preciso compreender que não existe a geração ideal; o que existe é o profissional certo para o lugar certo, independentemente da idade ou sexo”, completa Alexandre. ◀



🗣️ Para Felipe, a convivência com profissionais de outra geração pode e deve ser muito positiva

# A EVOLUÇÃO DAS GERAÇÕES HUMANAS



## Baby Boomers

Pessoas nascidas entre 1940 > 1960

Valorizam o trabalho e a estabilidade financeira. São independentes. Têm boa capacidade de administrar diferentes perfis profissionais, tentam administrar positivamente os conflitos e valorizam a ascensão profissional



## Geração X

Pessoas nascidas entre 1960 > 1980

Altamente pragmáticas, gostam de praticar a teoria. Têm como principal competência a liderança e possuem como meta na carreira os novos desafios profissionais



## Geração Y

Pessoas nascidas entre 1980 > 2000

Consideram o trabalho uma fonte de satisfação e de aprendizado. Pautam suas carreiras no reconhecimento e ascensão profissional. São fascinados por desafios e querem fazer tudo à sua maneira



## Geração Z

Pessoas nascidas em meados da década de 90

São funcionais e multitarefas, mas apesar de ser algo positivo, se não administrada com cuidado essas características poderão se tornar negativas para o dia a dia do profissional. Por terem um raciocínio mais veloz e impaciente, não suportam ficar em um mesmo cargo ou empresa por muito tempo





# Com a saúde bucal em dia

**UNIDADE DO SESI INDÚSTRIA SAUDÁVEL DISPONIBILIZA AO TRABALHADOR E SEUS DEPENDENTES ESPAÇO PARA TRATAMENTO ODONTOLÓGICO**

**D**ados da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal mostram que as pessoas que vivem na região norte tem a pior saúde bucal do Brasil. As pesquisas apontaram uma redução de 26% no índice de dentes careados, perdidos ou obturados entre os anos de 2003 e 2010. O avanço foi verificado em todas as regiões do país, com exceção do norte, na qual o ín-

dice aumentou de 3,1% para 3,2% no mesmo período. A referência da pesquisa são crianças de 12 anos, faixa etária considerada como referência pela Organização Mundial da Saúde (OMS), já que é nesta idade que a dentição permanente está praticamente completa.

E o trabalhador da indústria local também sofre com esse problema. Uma pesquisa realizada pelo

Serviço Social da Indústria (Sesi-PA) e divulgada em maio deste ano, demonstra que 53,9% dos industriários não consultaram o dentista nos últimos 12 meses. Levando em consideração a necessidade do tratamento, a pesquisa revela que 68,8% são de alta complexidade, precisando de serviços como endodontia e procedimentos cirúrgicos. A origem, na maioria dos casos, vem da falta



## RAIO-X DA SAÚDE BUCAL DO TRABALHADOR DA INDÚSTRIA NO PARÁ

# 54%

dos entrevistados não consultaram o dentista nos últimos 12 meses.

### NECESSIDADE DE TRATAMENTO ODONTOLÓGICO:

# \* 68,8%

Alta complexidade (endodontia e procedimentos cirúrgicos)

# \* 4,4%

Média complexidade (restaurações, remoção de tártaro)

# \* 26,2%

baixa complexidade (profilaxia, prevenção e higiene oral)

### SERVIÇOS OFERECIDOS PELO SESI INDÚSTRIA SAUDÁVEL NA ÁREA ODONTOLÓGICA:

- Clínica geral
- Odontopediatria
- Prótese
- Endodontia
- Periodontia
- Radiologia

de cuidados simples, como a higiene e a remoção de cáries.

Pensando em contribuir com a saúde bucal do trabalhador da indústria e, conseqüentemente, ajudar a combater essa problemática no estado, a unidade do Sesi Indústria Saudável, inaugurada em maio de 2013 e localizada em Belém, disponibiliza ao trabalhador e seus dependentes espaço para tratamento odontológico composto pelos mais modernos equipamentos, clínica radiológica e laboratório protético completos e inovadores, além de material de primeira qualidade. Quase vinte profissionais trabalham nos serviços de clínica geral, odontopediatria, prótese, endodontia, periodontia e radiologia. São realizados até 80 atendimentos por dia.

Dacilene de Jesus Carvalho, 40 anos, funcionária da Casa Granada, foi uma das trabalhadoras que procurou os serviços odontológicos do Sesi Indústria Saudável. ➡

*Logo que eu soube dos serviços prestados pelo Sesi, tomei a iniciativa de fazer os tratamentos que eu estava precisando, como restauração, canal e limpeza. Se não fosse esse benefício eu não teria como procurar um dentista, pois afetaria diretamente o meu orçamento.”*

DACILENE DE JESUS CARVALHO,  
FUNCIONÁRIA DA CASA GRANADO





## ESTRUTURA

*Com aproximadamente quatro mil metros quadrados de área construída, divididos em cinco andares de prédio, a unidade do Sesi Indústria Saudável também oferece serviços nas áreas de Educação, Responsabilidade Social e Cultura, Esporte e Lazer. Na área da saúde, além da odontologia, o trabalhador pode encontrar serviços voltados para a saúde ocupacional, como a audiometria. O investimento foi de R\$ 18,2 milhões e tem a capacidade para atender perto de 310 mil pessoas da região metropolitana de Belém, entre trabalhadores da indústria e seus dependentes.*

Ela não ia ao dentista há mais de um ano e diz que se não fosse pela iniciativa do Sesi, dificilmente faria os tratamentos que precisa agora. “Logo que eu soube dos serviços prestados pelo Sesi, tomei a iniciativa de fazer os tratamentos que eu estava precisando, como restauração, canal e limpeza. Se não fosse esse benefício eu não teria como procurar um dentista, pois afetaria diretamente o meu orçamento”, explica Dacilene, que também levou a filha ao tratamento. “Aproveitei o benefício e trouxe minha filha de 10 anos para fazer a limpeza de seus dentes, pois é bom cuidar da saúde bucal desde cedo”, completa a trabalhadora.

O funcionário da Meta Empreendimentos Imobiliários, Antônio Sonivaldo Costa, 29 anos, procurou a odontologia do Sesi para tratamento de obturação. Antônio não consultava o dentista há seis meses e culpa o alto valor do tratamento odontológico como principal responsável. “Eu já deveria ter procurado o dentista há algum tempo, mas as consultas são muito caras e não estavam condizendo com o meu orçamento. Agora com essa oportunidade do Sesi ficou bem mais fácil. Isso sem contar a estrutura e os profissionais que nos atendem, que são de excelente qualidade”, comemora Costa.

Para Camila Trindade, coordenadora de odontologia do Sesi Indústria Saudável, a boa saúde bucal do trabalhador influencia diretamente na sua melhor produção e traz benefícios diretos às indústrias. “O Sesi permite que o trabalhador da indústria tenha acesso a serviços odontológicos de excelente qualidade a preços acessíveis, colaborando para a redução dos problemas bucais da população e manutenção da saúde destes. Isto melhora a qualidade de vida do trabalhador da indústria reduzindo o absenteísmo nas empresas, visto que problemas bucais são responsáveis por grande parte das faltas dos funcionários”, analisa Camila. ➡



Bruno Carachetti

## INOVAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA PARA AS INDÚSTRIAS BRASILEIRAS

**FERNANDO BRANDÃO**

COORDENADOR DE PROJETOS ESTRATÉGICOS DO SENAI-PARÁ

Mesmo estando intrinsecamente presente no cotidiano de todos, o assunto “inovação” ainda suscita dúvidas, sendo muitas das vezes confundido e aplicado de forma distorcida. Para que uma ideia chegue ao status de inovação é necessário que ocorra a efetiva geração de valor, e isso acontece no momento em que o resultado do processo inventivo venha ao encontro das necessidades de uma determinada organização (Processo Inovador) ou de seus clientes (Produto/Serviço Inovador).

A partir de meados do século XVIII, com o início da chamada “Primeira Revolução Industrial”, torna-se evidente um grande impacto provocado com a introdução de máquinas e equipamentos, novas formas de organização da produção e do desenvolvimento de novas fontes de materiais e energia. Neste momento, a Inovação Tecnológica assume papel primordial para o dinamismo econômico de qualquer país, introduzindo-a como diferencial para o desenvolvimento.

Antes de trazer o foco para a realidade em nosso país, nos cabe fazer um cotejo entre a importância dada à inovação para o aumento da competitividade da Indústria Inglesa nos séculos XVIII / XIX e o status da Indústria Brasileira conforme dados da Balança Comercial no período de 2006 a 2011 (século XXI).

A Inglaterra, adotando os princípios de estudiosos como Adam Smith e David Ricardo, investiu fortemente na agregação de valor a ser desenvolvida aos seus processos produtivos e em seus produtos, tendo como consequência tornar-se a maior potência econômica do século XIX, sendo responsável por aproximadamente 40% das exportações mundiais de produtos manufaturados.

No Brasil do século XXI continuamos fortemente dependentes das exportações de commodities. No período 2006 a 2011, podemos identificar exatamente o volume de exportação de

Baixa e Média-baixa Tecnologia que precisamos realizar para compensar a demanda importada de Alta, Média-alta Tecnologia e Serviços Tecnológicos. Isto ocorre pela insuficiente capacidade que o Brasil apresenta para agregar valor aos seus produtos e serviços.

No sentido de colaborar de forma objetiva na reversão deste quadro desfavorável, a CNI e o Senai desenvolveram o “Programa Senai de apoio à competitividade da Indústria Brasileira”, no qual, dentre outras iniciativas, aparece a criação de 25 Institutos SENAI de Inovação, estando distribuídos por todas as regiões do país onde terão seus atendimentos alinhados à vocação industrial de suas respectivas localizações. Como exemplo podemos citar: Tecnologias Construtivas no Ceará, Logística em Goiás, Engenharia de Polímeros no Rio Grande do Sul, Metalurgia e Ligas Especiais em Minas Gerais, Biomassa no Mato Grosso do Sul, Energias Renováveis no Rio Grande do Norte, Microeletrônica no Amazonas, etc.

Dentre os 18 não citados no parágrafo anterior, destacaremos agora o “Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Mineraias” (ISI/TM), que estará estrategicamente localizado em nosso estado e será construído em área concedida pela UFPA dentro do “Parque de Ciência e Tecnologia – Guamá”.

Assim como os demais 24 institutos, o “ISI - Tecnologias Mineraias” atenderá às demandas oriundas da Indústria Brasileira dentro de sua expertise, formando assim, com os demais Institutos Senai de Inovação, uma grande rede nacional que terá como principal objetivo o de ampliar substancialmente a competitividade da nossa indústria por meio do desenvolvimento de soluções inovadoras.

Como podemos perceber, estamos diante de um grande desafio que se inicia pela difusão da cultura inovadora, passando por uma mudança estratégica em nossas políticas de investimentos e culmina na adequada sinergia entre as instituições ligadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Todos estes são desafios que podem e devem ser superados, e para isso é fundamental que reconheçamos nosso papel como agentes de transformação do cenário que se apresenta, pois inovar é gerar valor e a indústria que inova estará sempre na vanguarda alinhando-se aos anseios do mercado globalizado. ➔





## Balanço socioambiental: por que ele é necessário?

**A FERRAMENTA AJUDA A DESCONSTRUIR, PERANTE O PÚBLICO, A IDEIA DE QUE AS EMPRESAS APENAS SE PREOCUPAM COM A GERAÇÃO DE LUCROS**

Utilizado como um recurso para melhorar a imagem pública, o balanço socioambiental ou simplesmente balanço social ou relatório de sustentabilidade, se tornou uma ferramenta indispensável para várias empresas públicas ou privadas. O principal foco desse documento é dar transparência às atividades corporativas da empresa, por meio de informações sobre suas práticas sociais e ambientais.

A ferramenta ajuda a desconstruir, perante o público, a ideia de que as empresas apenas se preocupam com a geração de lucros e reforçam ainda o compromisso com o desenvolvimento social do local em que suas operações se encontram. Além de dados sobre os projetos socioambientais e seus respectivos status, a empresa deve incluir informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, além de indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

Há organizações que fornecem diretrizes para empresas elaborarem seu próprio balanço socioambiental. Uma delas é a Global Reporting Initiative (GRI), uma organização sem fins lucrativos que fornece as diretrizes para relatórios de sustentabilidade. “As diretrizes funcionam como uma estrutura para que a empresa tenha um modo global de se escrever relatórios”, expli-

ca Catarina Bronstein, coordenadora do Ponto Focal da Global Reporting Initiative (GRI). No Brasil, não existe nenhuma legislação brasileira que determine a elaboração do balanço socioambiental. Porém, muitas empresas são incentivadas a ter essa ferramenta como aliada. É o caso da Alcoa Alumínio S.A. Desde 2002, a líder global na produção de alumínio primário, produz anualmente seu relatório de sustentabilidade, e, a partir, deste ano passa a integrar as informações sobre o desempenho financeiro da companhia no Brasil. “O relatório nada mais é do que uma peça de comunicação que resulta de um processo gestão em sustentabilidade. É uma ferramenta muito poderosa de diagnóstico para uso interno, que nos permite monitorar e utilizar estas informações para fortalecer ainda mais as ações junto aos *stakeholders*”, comenta Fábio Abdala, gerente de Sustentabilidade da Alcoa América Latina e Caribe.

A companhia utiliza o modelo GRI de indicadores com um recorte do que é relevante para a companhia e seu público de interesse, como acionistas, fornecedores, organizações não governamentais, imprensa, sociedade civil, público interno, entre outros. “A integridade é um dos valores da companhia e do modelo GRI. Nosso relatório busca exemplos de desempenho de

maneira transparente. Mais do que expor nossa atuação, o relatório de sustentabilidade é uma ferramenta estratégica de relacionamento e de melhoria contínua. Ele destaca tanto pontos positivos quanto oportunidades de melhoria da empresa, e a auditoria independente do relatório assegura a veracidade do relato, reforçando a confiança para o público”, acrescenta Abdala.

Por ser dotado de um conteúdo extenso, a Alcoa adotou uma estratégia para envolver seus *stakeholders* com o conteúdo do relatório. A matriz consolidada gera pequenos produtos com informações direcionadas, de acordo com o público em questão. “Nós aproveitamos a produção destes subprodutos para realizar encontros específicos e apresentar os resultados obtidos. É um momento de interação e de *feedback* dos nossos públicos, o que auxilia na melhoria não só da composição do relatório, mas da própria operação”, finaliza o gerente de sustentabilidade.

### AUTOCONHECIMENTO PARA A INDÚSTRIA

Para a indústria, o balanço possibilita o autoconhecimento, pois através dele é possível identificar falhas, oportunidades de crescimen-



to e novas metas a serem atingidas. Mesmo sendo considerado um instrumento de gestão de imagem, Catarina adverte que nem sempre este é o único objetivo desse documento. “De maneira alguma ele (balanço) deve ser usado somente como ferramenta de comunicação ou marketing. É uma ferramenta de gestão para ajudar a empresa a fazer melhorias internamente, abrir diálogos internos e externos com suas partes interessadas para continuar a crescer de maneira saudável. Não adianta a empresa fazer um relatório de sustentabilidade somente para tê-lo como método de comunicação. Ele tem que ser utilizado para criação de metas verdadeiras, no planejamento estratégico e na tomada de decisões, para os dados realmente serem usados na gestão da empresa em uma melhoria contínua”, recomenda.

Mais do que um documento com informações de cunho socioambiental, os balanços são reflexo de todas as atividades desenvolvidas pela empresa. De acordo com Leila Márcia Elias, contadora e mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional, a única forma de dar transparência às ações da empresa é incluir informações qualitativas e quantitativas nessa ferramenta. “A contabilidade contribui de forma direta no processo de elaboração desses relatórios, pois per-

**A empresa pode elaborar o seu próprio balanço, mas para isso é necessário ter uma comissão específica para consolidar as informações. “É importante que exista um setor designado para sua elaboração ou uma comissão de funcionários de vários departamentos que possam consolidar as informações e gerar o balanço socioambiental”, comenta Leila Elias. Caso a empresa não possua corpo funcional suficiente, ela pode procurar empresas de consultoria qualificadas para elaborar o balanço socioambiental.**

mite a mensuração e evidencia em números o desempenho da empresa sobre o uso e a apropriação de recursos, tornando o balanço um mecanismo utilizado pelas empresas para tornarem públicas as suas intenções e compromissos perante a sociedade”, relata. ❏



# Imagem consolidada

**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO FORTALECE SINDICATOS DA INDÚSTRIA E CONTRIBUI PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR**

Para o constante fortalecimento da economia, bem como dos demais setores da sociedade, é necessário buscar e promover mecanismos eficientes. No segmento produtivo, naturalmente, isto não é diferente. Neste sentido, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e as 27 Federações da indústria criaram, em 2008, o Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA). A iniciativa tem a finalidade de fortalecer o sistema de representação do segmento e, assim, defender a competitividade deste ramo no país. Para isto, é essencial que os empresários participem deste processo, especialmente por meio dos seus sindicatos patronais.

De acordo com o diretor executivo do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) e coordenador regional do PDA, Ivanildo Pontes (foto ao lado), os empresários ainda apresentam resistência para se aproximarem dos sindicatos. “Muitas empresas não se interessam em se associar aos sindicatos da indústria, por considerarem que estas entidades de classe não tem o que oferecer como retorno. Esta é uma realidade presente em vários estados do Brasil, e acontece, inclusive, aqui, no Pará”, destaca Ivanildo Pontes. Para o diretor executivo,

esta concepção deve ser reconsiderada. “Para que se tenha um segmento industrial forte é necessário que exista uma representação forte e isto é instrumentalizado com a atuação dos sindicatos”, complementa.

E como recrudescer os sindicatos e, conseqüentemente, fortalecer as Federações e a CNI? Justamente sensibilizando mais empresários para que eles se associem. O associado, ao pagar mensalidade, passa a ter muitas vantagens, como a possibilidade de discutir com a diretoria da entidade quais são os melhores rumos para tomar em relação a determinado segmento. Participando dos sindicatos, a classe empresarial também pode ser beneficiada

pelo PDA, pois o programa prepara os sindicatos com cursos, palestras, treinamentos e equipamentos, que são fornecidos pela CNI.

“Muitos sindicatos, dos 40 filiados à Fiepa, não tinham sequer computador. Assim, logo no começo das ações do PDA, a CNI enviou computador, impressora, *datashow*, copiadora e outros equipamentos para quase todas as entidades”, revela Ivanildo Pontes. Além disto, outras ações no âmbito do programa já foram realizadas no Pará, como a criação de mais de 20 sites de sindicatos locais vinculados à indústria.

## POR QUE OS SINDICATOS, DE FATO, SÃO IMPORTANTES?

No Brasil, as mais de 700 mil indústrias podem contar com um sistema de representação formado por 1300 sindicatos filiados às 27 Federações Estaduais, que constituem a CNI. Dentre as atribuições dos sindicatos, há o papel de cuidar e administrar assuntos relevantes, os quais, muitas vezes, não podem ser solucionados por um empresário sozinho, mas que influenciam o cotidiano do industrial.

Leis, regulamentos





*“Participar dos treinamentos e demais ações do PDA possibilitou aos participantes, membros do sindicato e empresários do setor, a atualização de variados conhecimentos, entre eles, especificamente, assuntos relacionados à administração, como novas tendências e ferramentas de gestão. O PDA estreita o relacionamento entre o empresário, o sindicato, a Federação e a Confederação. Esta aproximação facilita a articulação de ações e propicia o surgimento de novas ideias.”*

ANDRÉ LUIZ FERREIRA FONTES, PRESIDENTE DO SINDICATO DA INDÚSTRIA DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E ACESSÓRIOS DO ESTADO DO PARÁ (SINDIREPA)

e questões institucionais, econômicas e sociais podem determinar o sucesso ou fracasso de uma indústria. Para viabilizar soluções viáveis e inteligentes para estas temáticas, entra em ação o sindicato, para que cada setor possa defender seus interesses coletivos de forma organizada.

Para isto, o Programa de Desenvolvimento Associativo conta com uma rede de profissionais presente nas 27 Federações, que atua em três frentes, a saber:

- Mobilização de empresários quanto a assuntos fundamentais para a indústria. Questões trabalhistas, tributárias, de infraestrutura, dentre outras, são discutidas e encaminhadas por meio de eventos, debates, cursos e palestras, que levam informações práticas aos industriais e estimulam a participação deles nos seus respectivos sindicatos;
- Desenvolvimento contínuo dos sindicatos, com a capacitação de seus líderes e técnicos, e a disponibilização de ferramentas de gestão e recursos de comunicação;
- Realização de projetos inovadores para a promoção do associativismo. Estes projetos são formulados pelas Federações e, quando alcançam bons resultados, são reproduzidos para todo o país. ↩



🕒 Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

## PDA PELO BRASIL

Desde 2008, quando o PDA começou a operar, já foram realizadas no Brasil, 860 ações de capacitação de empresários e líderes sindicais; apoio a 650 planejamentos estratégicos de sindicatos; implantação 490 sites de sindicatos; e as ações continuam acontecendo.

Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, “a união dos empresários, em torno dos seus sindicatos e das Federações de Indústria, é importantíssima para que existam condições de se apresentar propostas e projetos inovadores. Assim, empresários, sindicatos e Federações, ao se unirem, poderão contribuir para a construção do futuro da indústria e do futuro do Brasil”, ressalta o presidente.

## NÚMEROS NO PARÁ

No estado do Pará, ao longo destes anos do PDA, já foram realizados vários cursos, palestras e treinamentos. Em junho, por exemplo, fora oferecido para vários diferentes sindicatos e empresários, o curso “Como evitar problemas trabalhistas?”. O encontro ocorreu em duas oportunidades, uma na capital paraense, em Belém, e outra em Castanhal, no nordeste do estado.





◉ Márcio aposta nos cuidados da produção e no bom atendimento como ingredientes básicos para a satisfação do cliente

# De olho nas oportunidades

**MERCADO DA PANIFICAÇÃO VEM CRESCENDO E EMPRESARIADO TEM INVESTIDO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

“Nada melhor do que acordar pela manhã e sentir o cheiro do pão quentinho”, comenta, com água na boca, Márcio Rodrigues, 40 anos, frequentador assíduo das panificadoras da Região Metropolitana de Belém. Assim como Márcio, 1/3 da população paraense passa por uma padaria todos os dias. É o que indica a pesquisa feita pelo Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Pará (Sindipan). A pesquisa aponta ainda que, diariamente, mais de três milhões de unidades

do tradicional pão francês são vendidas no estado.

Mas, para que esse produto chegue até a mesa do consumidor é preciso muito trabalho e bons profissionais. Para o presidente do Sindipan, Elias Pedrosa, as padarias paraenses legalizadas, que hoje somam mais de 2.500, trabalham para atingir o novo conceito da padaria brasileira. “Se reinventar e acompanhar o estilo do cliente, que não quer mais saber se o produto é do dia, e sim da hora, é fundamental para atingir este novo conceito”, comenta Elias.

Além de novas características como casais sem filhos, pessoas que moram sozinhas, idosos que necessitam de produtos especiais, aumento de poder aquisitivo e alimentação fora do lar – que faz com que as padarias produzam novos produtos para atender a este público –, o cliente tem se mostrado cada vez mais exigente. “Acredito que os cuidados na produção e um bom atendimento são ingredientes básicos para a satisfação do cliente. Sempre que uma padaria acerta esses itens, tem meu retorno garantido”, afirma Márcio.



## REFLEXO

Prova do aquecimento do setor da panificação no estado é a vinda do XXX Congresso Brasileiro da Indústria de Panificação e Confeitaria (Congrepan), que será realizado em maio de 2014, em Belém. Junto ao congresso com o tema “Qualificar e inovar para aumentar a produtividade”, o Sindipan reunirá as principais empresas do setor para a 1ª Feira da Indústria de Panificação e Confeitaria do Pará (Findipan).

## INVESTIR PARA CRESCER

O quente na Panificadora e Indústria Assis - Oficina do Trigo, em Ananindeua, continua a ser o pão francês. Saudável, fresquinho e crocante, ele atrai e fideliza a vizinhança e é responsável pelas filas que se formam várias vezes ao dia no estabelecimento. É também o carro-chefe das inovações que vêm sendo introduzidas pela empresa nos últimos anos.

O casal e sócios-proprietários da Assis, Antônia Maia e Carlos Garcia, sabem bem a importância de manter um cliente satisfeito. Eles investiram na qualificação profissional dos funcionários e na contratação de um técnico na área de controle da qualidade para melhor atender aos seus clientes. “Nossos clientes estão, cada vez mais, exigindo produtos com alto padrão de qualidade e uma maior variedade. Por isso, estamos sempre inovando e nos adaptando. Uma das ações realizadas foi contratar um técnico para garantir o processo de quali-

dade”, comenta Antônia, que ainda afirma que quem já fez a qualificação passou a trabalhar com mais facilidade. “Os profissionais treinados ficaram mais inteirados nos ingredientes e o produto final ficou bem mais acabado e padronizado.”

Mais do que os clientes, os próprios funcionários percebem a melhora na produção após a qualificação. Izaque Souza, 32 anos, é funcionário da Panificadora Assis e aluno do curso de panificação e confeitaria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Ele, que trabalha na profissão desde muito jovem, conta que aprendeu muito durante o curso. “Ter experiência para quem trabalha nessa área é muito bom, mas a qualificação faz toda a diferença. Aprendi muitas coisas novas durante o curso e pretendo aprender muito mais daqui em diante. Minha expectativa é crescer profissionalmente nesta carreira”, afirma Izaque.

O curso realizado por Izaque ocorreu na nova unidade de panificação, que faz parte do Programa Senai de Apoio à Competitivi-

dade Brasileira, que investirá R\$ 77 milhões na construção, reforma e ampliação das unidades. A iniciativa deverá aumentar a capacidade de qualificação do Senai, que deverá chegar em 2014 com uma meta anual de 110 mil alunos formados. “O crescimento do nosso estado e a eficiência da indústria dependem de gente bem formada e qualificada e, por isso, o Senai está investindo na reforma e ampliação das unidades fixas e móveis para dobrar o número de matrículas e formar 110 mil pessoas em 2014”, contabiliza Gerson Peres, diretor regional do Senai.

Falando em crescimento, Wagner Silva, 34 anos, é um excelente exemplo de ascensão profissional. Colega de trabalho de Izaque, Wagner saiu da informalidade, em que trabalhava como pedreiro, passou a trabalhar como balconista na panificadora e hoje já conquistou uma vaga na produção. “Sou muito feliz com o que faço e tenho certeza que a vontade de crescer foi fundamental para que eu chegasse até aqui.” Wagner também é um dos alunos da turma do Senai. Ele ➔





⦿ A unidade itinerante do Senai é dotada de uma cozinha e um espaço para aulas teóricas, com capacidade para 20 alunos por turma



⦿ Izaque procurou o curso do Senai para se aperfeiçoar na profissão que atua desde muito jovem

vê na qualificação mais uma oportunidade de crescimento. “Prendendo crescer no meu trabalho e o curso do Senai, que eu considero a melhor instituição de educação profissional, está sendo muito importante para mim. Com o certificado profissional vou me sentir mais valorizado e tenho absoluta certeza que isso irá abrir muitas portas”, comemora Wagner.

## PROCESSOS PADRONIZADOS

Assim como Izaque e Wagner, mais 58 pessoas participam do curso de Padeiro e Confeiteiro, que está sendo realizado dentro de uma unidade itinerante do Senai, no município de Ananindeua. O objetivo é formar trabalhadores qualificados para atender às demandas do setor, que está se modernizando, não só em relação às tecnologias de maquinários, mas ao novo padrão das pade-

rias e confeitarias.

Rodando todo o Pará para levar qualificação aos cantos mais remotos, a unidade móvel de panificação é a segunda em operação no estado. Dotada de uma cozinha com equipamentos de última geração e um espaço para aulas teóricas, a unidade tem capacidade para 20 alunos por turno. Nela são ministrados cursos de padeiro e confeiteiro, cozinheiro industrial, boas práticas de fabricação de alimentos, dentre outros. Além de modernos equipamentos, a nova unidade ambulante é adaptada para atender pessoas com deficiência.

Segundo o instrutor de panificação do Senai, Otaviano Roma, mais do que ensinar novas técnicas de produção, o curso – com duração de três meses – auxilia em referências fundamentais de medidas de proteção, que garantem a saúde e a integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho na utilização



ndo hoje  
a do amanhã.



⦿ A nova unidade é adaptada para atender às pessoas com deficiência

de máquinas e equipamentos. “Os alunos formados pelo Senai passam a desenvolver competências transversais que ajudam não somente na segurança do trabalho, mas também no desenvolvimento de relação interpessoal, cidadania e ética. O comportamento do profissional é o grande diferencial para quem tem a qualificação”, relata Otaviano.

Durante o curso, os alunos aprendem a planejar a produção, fazer o preparo de massas doces, semidoces e salgadas, métodos e etapas da panificação e entendem a composição e reações dos ingredientes. “A parte teórica é muito importante para os alunos entenderem as funções dos ingredientes e, principalmente, dentro da microbiologia, aprenderem a importância da higiene na manipulação de alimentos. São todos esses conhecimentos que vão fazer a diferença do profissional no mercado”, afirma o instrutor.

A doceira autônoma, dona Ana Carvalho, 64 anos, trabalha com a

venda de doces e tortas e, mesmo trabalhando há muitos anos na profissão, diz que se surpreendeu com o curso. “Sempre quis aprender a fazer pães e me especializar mais em doces. Fiquei surpresa com tantas técnicas que vão ajudar na minha produção, principalmente a ordem da montagem da massa folhada e a limpeza dos alimentos”, comentou Dona Ana.

Com o mercado aquecido, muitas pessoas estão investindo na profissão. É o caso da família de Dina Carvalho, 40 anos. Ela, o marido, João Batista, e o filho de 17 anos, Jonatas, estão fazendo o curso de panificação do Senai. Segundo Dina, que já trabalha há oito anos com a venda de cestas de café da manhã, o objetivo é expandir os negócios e variar a lista de produtos trabalhados. “As minhas cestas tinham uma boa saída e agora com os pães, doces e salgados fresquinhos elas vão fazer sucesso!”, ressalta Dina. ◀



⦿ Wagner participou do curso de padreiro e vê na qualificação mais uma oportunidade de crescimento



# Saúde e economia na mesa

**PROGRAMA ENSINA COMO GARANTIR UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, SABOROSA E SEM COMPROMETER O ORÇAMENTO FAMILIAR**



📍 Sheyze Lira, nutricionista responsável pelo Cozinha Brasil no Pará



**P**roteínas, carboidratos e vitaminas. A composição da alimentação ideal não é segredo para a maioria das pessoas, mas não significa que seja uma regra obedecida quando o objetivo é a manutenção da saúde. Pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e da Organização Mundial de Saúde mostram que o brasileiro come bem com relação à quantidade, mas a qualidade deixa a desejar.

De acordo com os dados, 90%

dos brasileiros tem a dieta formada, principalmente, pelo arroz e feijão. No entanto, o prato tradicional do Brasil sempre é acompanhado de alimentos com altas calorias e baixo teor nutritivo. O consumo de frutas, legumes e verduras, que também é orientado para garantir uma alimentação mais equilibrada também está distante do ideal.

Nem 10% da população ingere as 400 g diárias indicadas, mas inclui na sua rotina quase 95 g por dia de refrigerantes e 215 g por dia de

café, além de produtos como biscoitos, linguiças, salsichas, mortadelas, sanduíches e salgados, todos industrializados e com alto índice de sódio em sua composição.

O dado curioso da pesquisa fica por conta do impacto que a alimentação desregrada e nada balanceada provoca não só no corpo, mas no bolso das pessoas. Para adquirir alimentos mais saudáveis, o brasileiro gasta menos do que os adeptos do prato com mais gordura, sal e demais vilões





📍 O programa já percorreu mais de dois mil municípios do país com cursos que ensinam a população a comer de uma maneira mais saudável

do corpo humano. Portanto, comer de forma saudável também significa equilibrar as contas domésticas a cada mês.

É o que comprova Nair Nazaré de Souza, de Tomé-Açú, cidade do nordeste paraense. No começo de 2013, a doméstica participou do curso de Educação Alimentar promovido pelo Cozinha Brasil, programa realizado pelo Serviço Social da Indústria (Sesi) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A jovem

senhora garante que aprendeu bastante do curso.

“Eu gostei muito e aprendi coisas que passavam despercebidas no dia a dia, como planejar melhor as compras no supermercado ou na feira e como reaproveitar os alimentos. As frutas, por exemplo, quase nada vai para o lixo, então, acabo comprando menos e usando ao máximo os recursos que trago para casa”, explica Nair.

A dona de casa, que faz serviços como diarista, não consegue

avaliar quanto consegue economizar por mês com alimentação, mas afirma que passou a reaproveitar talos, cascas, folhas e sementes na complementação da alimentação da família.

Entre as receitas que aprendeu e mais gostou está o bolo com um ingrediente surpreendente: a casca de banana. “Nunca aproveitei a casca de banana para nada, ia direto para o lixo e depois do curso sempre faço esse bolo para minha família e sempre recebo elogios”, relata. ➔





## QUALIDADE, ECONOMIA E SABOR

Desde 2004, o Cozinha Brasil ensina como preparar alimentos de forma inteligente e sem desperdícios, incluindo no cardápio uma variedade de alimentos ricos em nutrientes e essenciais à saúde humana. O programa toma como base três ingredientes: qualidade, economia e sabor. Ou seja, é a prova de que é possível consumir alimentos saudáveis com prazer, sem comprometer o orçamento.

O programa já percorreu mais de dois mil municípios no país, com cursos que ensinam a população a comer de uma maneira mais saudável, reduzindo desperdícios e gastando menos. No total, mais de 1 milhão de pessoas já foram beneficiadas.

Sheyze Lira, nutricionista responsável pelo Cozinha Brasil no

Pará, explica que a busca por uma alimentação mais equilibrada e saudável tem se destacado nos últimos anos dentro e fora das indústrias e as instituições tem como meta levar esse cuidado para seus trabalhadores, familiares e as comunidades onde elas estão instaladas. “As solicitações de agendamento de cursos tem aumentado nos últimos anos e vemos isso como um reflexo da preocupação das empresas com seus funcionários e com a própria comunidade do entorno”, comenta a nutricionista.

Os profissionais que atuam nas cozinhas das empresas, como cozinheiros, nutricionistas e auxiliares também participam do curso de Educação Alimentar levando para dentro das empresas e para os pratos dos trabalhadores das indústrias um conteúdo mais saudável. “Aqui na nossa região sempre ouvimos dúvidas, principalmente, com relação ao consumo de açaí, que é um produto muito bom, mas que não

pode substituir uma refeição. Então, a nossa orientação sempre é recomendá-lo como uma sobremesa”, diz a nutricionista.

Algumas dúvidas se repetem, mesmo em regiões diferentes do estado. “Percebemos que doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, hipertensão e elevação do colesterol ocorrem em qualquer localidade. Então, o Cozinha Brasil contribui também para o controle dessas ocorrências”, complementa Sheyze.

## INSPIRAÇÃO PARA O EXTERIOR

Os resultados positivos do Cozinha Brasil em todo o país estimularam o Conselho Nacional do Sesi a apresentar a prática como uma técnica que podia ganhar novos territórios. Em parceria com o Governo Federal foi levado ao Uruguai e



Fotos: Divulgação Sesi

ao Moçambique e também está em fase de implementação na Guatemala, El Salvador e Honduras.

Em Moçambique, por exemplo, a intenção do acordo de cooperação técnica visa o treinamento de merendeiras do país. Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, ocupa o 172º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que classificou 177 países. O país registra alto índice de desnutrição e possui elevadas disparidades regionais, como o risco de morte para crianças menores de cinco anos ser três vezes maior no distrito de Cabo Delgado do que na capital Maputo.

As empresas interessadas em receber o curso do programa Cozinha Brasil devem entrar em contato com a gerência de Responsabilidade Social Empresarial do Sesi pelo telefone (91) 4009-4973 / 4951 ou pelo e-mail [qualidadedevida@sesipa.org.br](mailto:qualidadedevida@sesipa.org.br) ☞

## ALERTA

VOCÊ SE ALIMENTA DE FORMA SAUDÁVEL? QUER SABER QUAIS PRODUTOS SÃO MAIS DANOSOS E QUAIS MAIS FAZEM BEM PARA O CORPO? FIQUE POR DENTRO.

### Sódio



Adora salgadinhos, embutidos como presunto, mortadela e não vive sem produtos prontos, que vão direto ao micro-ondas? Cuidado! A pesquisa do IBGE mostrou que o brasileiro consome 3.200 mg/dia de sódio – o recomendado é consumir de até 2.200 mg/dia. O excesso da substância eleva o risco de desenvolver doenças como hipertensão, doenças hepáticas e câncer no aparelho digestivo.

### Gorduras



Aquela gordura que acompanha o churrasco pode parecer bastante apetitosa, mas saiba que ela segue direto para as artérias impedindo a circulação correta do sangue. Outros sintomas do consumo excessivo de gordura é o aumento dos níveis de colesterol no sangue e obesidade, que podem influenciar o surgimento de outros fatores de risco.

### Açúcar



Ainda de acordo com a pesquisa, mais da metade da população consome mais açúcar do que o ideal. Entre os principais problemas que essa conduta pode atrair está o diabetes, distúrbios no metabolismo e alergias.

### Frutas e verduras



De acordo com os nutricionistas, um prato colorido é um bom indicativo de que todos os alimentos fundamentais para o corpo estão sendo consumidos. Produtos brancos, como o leite e o iogurte, contém cálcio e previnem a osteoporose. Já os alimentos verdes, como brócolis, ervilha e rúcula ajudam na cicatrização, seja de um machucado, seja de uma cirurgia; já os elementos com a cor laranja, como a abóbora e o mamão dão uma mãozinha para a visão.



## PROFISSIONAIS PODEM SEGUIR O EIXO DE CARREIRA DESEJADO NAS EMPRESAS EM QUE ATUAM

No mundo contemporâneo do trabalho, os profissionais buscam cada vez mais qualificação e conhecimento. Muitos tentam seguir um eixo de carreira delimitado, fazendo cursos específicos relacionados a sua área de atuação, para agregar valores à formação e, assim, ganharem reconhecimento. Neste sentido, é fundamental que as empresas identifiquem os diferentes perfis e as expectativas de seus colaboradores, avaliando o desempenho e visando desenvolver os potenciais de cada funcionário.

Segundo a psicóloga Helayne Signorelli, as empresas precisam, de fato, perceber os diferentes perfis profissionais, bem como, o que os seus empregados esperam, para que cada profissional cresça com satisfação, desenvolvendo as habilidades dentro das suas peculiaridades. “Trabalhar com pessoas significa trabalhar com diferenças, pois cada uma tem a sua história, suas habilidades, seus pontos fracos e os seus pontos fortes para serem desenvolvidos”, considera.

Para a psicóloga, esta observação é importante tanto para os funcionários quanto para o próprio empreendimento. “Para que um ambiente empresarial seja agradável e equilibrado, é essencial conhecer

bem os colaboradores, identificar quais as competências de cada um deles e o que eles podem trazer de benefícios para a empresa. O gestor de cada área pode identificar também os pontos que podem e devem ser desenvolvidos, utilizando ferramentas como avaliações, feedbacks, treinamentos e outras para extrair o melhor de sua equipe. Desta forma, o empregado vai se sentir mais valorizado, já que a empresa está investindo em sua capacitação, e irá procurar dar o melhor de si, o que poderá refletir na melhoria dos processos e resultados esperados pela organização”, complementa Helayne Signorelli, que também é coordenadora de projetos da empresa Executiva RH, localizada em Belém.

### AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

As empresas devem realizar avaliações de desempenho, para otimizar o crescimento dos seus funcionários. Este tipo de mecanismo possibilita mensurar os pontos de atenção que merecem ser mais desenvolvidos na equipe que compõe o quadro funcional da organização. Com os resultados destas avaliações, de acordo com a psicóloga,



ga, o empreendimento poderá atuar com foco, estratégia e eficiência nas questões que estão impactando negativamente no crescimento dos colaboradores e, conseqüentemente, da empresa.

Os empregados de uma empresa podem e devem ser proativos, buscando a melhoria do próprio desenvolvimento dentro do seu eixo. Conforme destaca a coordenadora de projetos da Executiva RH, o bom profissional deve conquistar o seu autodesenvolvimento. “Hoje, cada vez mais, as empresas priorizam profissionais mais completos.



Por isto, o próprio profissional deve buscar se desenvolver, por meio de cursos de capacitação, de idiomas, de graduação e pós-graduação, estando apto para atender às expectativas e exigências do mercado de trabalho atual.”

João Bosco Galvão, coordenador de logística da indústria Imerys, é um exemplo de profissional que se desenvolveu no eixo de carreira desejado, no caso na área de logística de portos e comércio exterior. Ao longo da sua trajetória de mais de 16 anos na empresa, João Bosco foi crescendo e ganhando promo-

ções, mas reconhece que, no começo, teve dificuldades. “Foi muito difícil entrar, pois na época eu não tinha curso técnico e nem experiência, mas consegui ter uma oportunidade e demonstrei a minha vontade de crescer”, lembra o coordenador, que conquistou na Imerys seu primeiro emprego na área industrial.

Na Imerys, Bosco Galvão conquistou muitas promoções. Ele começou como operador *trainee* e foi evoluindo: depois passou a exercer a função de operador 1; após isto, foi promovido a supervisor de logística; posteriormente, a analista

de logística; até chegar ao posto de coordenador de logística.

“Se eu cheguei até aqui, como coordenador, foi com muita força de vontade e sinto que posso ir além. Pretendo fazer pós-graduação em engenharia de produção para ter mais embasamento na minha área de atuação”, planeja.

O coordenador de logística destaca a importância de se dedicar e se interessar por sempre buscar melhorar o seu desempenho, pois, segundo ele, a empresa valoriza os profissionais que têm este perfil. Bosco Galvão também frisa que a própria indústria ganha, com profissionais mais qualificados.

O profissional já aproveitou alguns benefícios proporcionados pela Imerys. Ele frequentou alguns cursos custeados pela empresa, como de informática e de inglês. A indústria também pagou a sua graduação. “Tive a oportunidade de cursar Administração em Comércio Exterior. Com esta graduação, adquiri novos e importantes conhecimentos sobre logística de portos e comércio exterior, entre outros assuntos relacionados à área. Todos os cursos, promoções e outras oportunidades colaboraram para a minha trajetória linear dentro da empresa”, finaliza Bosco Galvão. ➔



☞ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith  
(91) 3230-3721  
flavio@castanhal.com.br  
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

☞ **Sindicato das Indústrias Madeiras do Vale do Acará – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro  
(91) 3727-1512 / 3727-1016  
madeireiramaiz@hotmail.com  
www.sindindustria.com.br/simavapa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos  
(93) 9121-6220  
djasvascon@yahoo.com.br  
www.sindindustria.com.br/sigepa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva  
(91) 4009-4985 / 3241-5744  
sigepa@globo.com / sigepa@fiepa.org.br

☞ **Sindicato da Indústria de Confeccões de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusroupa**

Presidente: Rita Arêas  
(91) 4009-4872  
sindusroupa@yahoo.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindusroupa

☞ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares  
(91) 3212-3318  
sindmouveis@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindmouveispa

☞ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva  
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001  
apereira@agropalma.com.br  
www.sindindustria.com.br/sinolpa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira  
(91) 3223-7146 / 3242-7107  
simepa@simepa.com.br  
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br  
www.sindindustria.com.br/simepa

☞ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar  
(91) 3210-8800 / 3210-8843  
ivanijar@marmobraz.com.br

☞ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burler  
(91) 3241-4588 / 3241-2101  
sinpesca@interconnect.com.br  
sinpesca@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

☞ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa  
(91) 3224-6621  
jaimebessa@hotmail.com

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro  
(94) 3345-1224 / 3345-1186

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco  
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763  
secretaria@sindusconpa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindusconpa  
www.sindusconpa.org.br

☞ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá – Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho  
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova  
68501-570, Marabá (PA)  
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

☞ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa**

Presidente: Elias Pedrosa  
(91) 3222-5140 / 3241-1052  
sippa@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sippa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simenepa**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka  
(91) 3721-3835 / 3711-0868  
simenepa@hotmail.com / delegaciastanhal@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/simenepa

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos  
(91) 3224-4142 / 4009-4981  
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sinconapa

☞ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões  
(91) 3201-1500 / 3201-1508  
juarez.simoos@gruposimoos.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindbebidaspa

☞ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi  
(91) 3011-0053  
sindiserpa@nortnet.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindserpa

☞ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa  
(91) 3225-1788 / 4009-4883  
sindipalm@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindipalm

☞ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes  
(91) 3222-0339  
moinhoesperanca@hotmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela  
(91) 3241-0349  
lscapela@gmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo  
simatur@mcoline.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro  
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430  
smdist@amazon.com.br  
vendas@grupostamaria.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo  
(91) 3241-8176 / 4009-4876  
nilson@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sinquifarmapa

☞ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho  
(91) 3711-0868  
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br  
www.sindindustria.com.br/siapa

☞ **Sindicato da Agroindústria Tabageira do Estado do Pará – Saitepa**

Presidente: José Joaquim Diogo  
(91) 4009-4871  
www.sindindustria.com.br/saiteppa

☞ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor  
(91) 3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342  
sindimade@sindimade.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

☞ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Ulliana  
(91) 3225-1128 / 4009-4886  
sindicarnepa@sindicarne.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

☞ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Símade**

Presidente: Rogério Bonato  
(91) 3335-1142

☞ **Sindicato da Indústria Cerâmica de São Miguel do Guamá e Região – Sincider**

Presidente: Antônio Aécio Miranda  
(91) 3446-2564 / 3446-1184  
sicomsmsg@hotmail.com  
www.sindindustria.com.br/sicompa

☞ **Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros  
(91) 3752-1233 / 3752-1309  
sindimata@lidnet.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama  
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804  
delegaciastanhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

☞ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Deajar Francisco De Oliveira  
(91) 3783-1228  
org.contaibis@bol.com.br  
www.sindindustria.com.br/simmarpa

☞ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes  
(91) 3254-5826 / 3244-8844  
tecnover2@yahoo.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindirepa

☞ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta  
(91) 3212-2619  
sindifrutas@fiepa.org.br  
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu – Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior  
(93) 3515-3077  
simbaxaltamira@yahoo.com.br

☞ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – Sindiferpa**

(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884  
anaclaudia@sindiferpa.com.br  
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

☞ **Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará – Simineral**

Presidente: José Fernando Gomes Junior  
(91) 3230-4066  
presidencia@simineral.org.br  
www.sindindustria.com.br/simineraispa

☞ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira  
(94) 3322-1953  
sindiletepa@hotmail.com  
www.sindindustria.com.br/sindiletepa

# A sua oportunidade de voltar a estudar

## EJA

A Educação de Jovens e Adultos tem como meta aumentar a produtividade e a competitividade das empresas paraenses.

Para incentivar a elevação da escolaridade do trabalhador e de seus dependentes, o SESI oferece o ensino fundamental e médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos, de forma **gratuita**, para trabalhadores da indústria e seus dependentes.



Educação  
para o mundo do  
Trabalho

[www.sesipa.org.br](http://www.sesipa.org.br) | 91 4009 4923  
[gerenciadeeducacao@sesipa.org.br](mailto:gerenciadeeducacao@sesipa.org.br)



Uma iniciativa da Indústria Paraense



# Formação de Instrutores

Este é um dos recursos do desenvolvimento de pessoal e visa o aperfeiçoamento de desempenhos, aumento de produtividade e das relações interpessoais.

**Inscreva-se já  
vagas limitadas**



## ■ OBJETIVOS:

Conhecer os princípios fundamentais da educação de adultos e do processo de ensino.

Capacitar profissionais, levando-os a atuarem de forma eficaz na instrução de multiplicadores de palestras e cursos internos através do aprendizado e aprimoramento dos métodos e técnicas de ensino, aprendizagem e avaliação.

Adquirir habilidades para condução de programas de treinamento e palestras. Planejar de maneira eficaz programas de treinamento e palestras, incluindo conteúdo, procedimentos e meios adequados aos objetivos propostos em programas de treinamentos.

Definir procedimentos de avaliação adequados aos objetivos propostos. Realizar aulas, de acordo com os fundamentos do processo ensino-aprendizagem.

■ **INÍCIO:** 11 de Setembro

■ **CARGA HORÁRIA:** 60 horas

■ **30 VAGAS**

■ **HORÁRIO:** 15h às 19h

■ **FACILITADOR:** Marcia Pimenta

## MERCADO DE TRABALHO

Seja um profissional tecnicamente preparado para assumir o papel de multiplicador de conhecimento utilizando as ferramentas adequadas e necessárias em treinamento.

## Mais informações

Fone (91)4009 4709/ 4701 / 4711  
treinamento@iel-pa.org.br



Uma iniciativa da Indústria Paraense